

**Trabalho preparado para apresentação no XII Seminário Discente da Pós-Graduação
em Ciência Política da USP, de 26 a 30 de setembro de 2022**

Progressismo e política externa norte-americana

Notas de análise

Autora: Laura Pimentel Barbosa
Orientadora: Prf^a. Dr^a Elizabeth Balbachevsky
Bolsista CAPES

RESUMO

Este artigo se refere a um capítulo de nossa Tese de doutorado em andamento. Neste trabalho, buscamos responder à seguinte questão: o que constitui uma visão Progressista de política externa no século XXI? Desenvolvemos nosso estudo a partir de uma Análise Qualitativa de Conteúdo (QCA) do material produzido por Think Tanks Progressistas norte-americanos selecionados a partir de um banco de dados original. Nosso foco é o material desenvolvido sobre a América Latina e o Brasil, sendo o objetivo específico aprofundarmos nosso entendimento a respeito de como a região é representada por esses institutos. Observamos que esses institutos seguem a tradição Progressista ao se concentrar em temas relacionados a Direitos Humanos, em especial observam com preocupação na América Latina a violência contra a mulher, aos povos indígenas e camponeses. A ênfase em temas de meio-ambiente se associa ao ensino de pensar em sociedades mais equitativas. Identificamos um posicionamento ambivalente no que se refere à relação entre América Latina e China. Por fim, observamos que os institutos propõem um posicionamento menos ativo dos EUA na região e mais pautado pelo multilateralismo, concentrando-se especialmente em fortalecer o regime de Direitos Humanos, reduzir a desigualdade econômica, e proteger o meio-ambiente.

Palavras-chave: Estados Unidos da América, Think Tanks, Progressismo, política externa, polarização política.

Introdução

Neste artigo, exploramos o pensamento progressista em política externa no século XXI. Delimitamos nossa análise ao material voltado para a América Latina e Brasil por duas razões: primeiro, por ser de especial interesse entender como o continente americano, histórica área de influência norte-americana, é representada no século XX por ativistas e intelectuais dessa vertente ideológica. Segundo, porque determinar uma área geográfica para a seleção do material reduz o ruído e ajuda a identificar tendências.

Para nosso estudo, nos concentramos em analisar o material produzido por institutos de pesquisa e análise política declarados ou facilmente identificados como progressistas, esses institutos, popularmente conhecidos como Think Tanks, são importantes atores na constituição e organização de coalizões políticas ao articular ativistas, intelectuais, pesquisadores e *policymakers*.

Nosso trabalho está organizado da seguinte forma: na próxima sessão introduzimos nossa perspectiva teórica de forma breve, explicando o que são os Think Tanks, e como esses institutos se inserem na área de Análise de Política Externa, especialmente nos Estados Unidos. Na sessão seguinte, apresentamos, também de forma sucinta, o que é o pensamento progressista e como os Think Tanks refletem a evolução do movimento. A sessão 3 será dedicada à exposição metodológica. A sessão 4 se refere à análise do material propriamente dita. Separamos uma última parte para as considerações finais.

1. Think Tanks, polarização política, e política externa

As transformações no Cenário Internacional a partir do final dos anos de 1980, com a desagregação da União Soviética e os novos desafios enfrentados pelos Estados, como novas formas de terrorismo, nacionalismos, e polarização política, fizeram com que novas abordagens tenham sido adotadas por analistas da área como forma de entender esses processos, identificar novos padrões e interpretações de eventos internacionais. Nesse sentido, perspectivas teóricas que tem influenciado o campo tem sido: o Construtivismo (Wendt 1999; Onuf 2012) o institucionalismo histórico (Skocpol 2015; Pierson 2004), e o institucionalismo ideacional – uma vertente institucionalista voltada a compreender como ideias políticas são promovidas e adotadas em diversas áreas de política pública (Katzenstein 1996; Berman 2001; Campbell 2018).

Esse conjunto de influências tem ampliado a agenda de estudos em Relações Internacionais, especialmente em Análise de Política Externa ao enfatizar a relevância dos atores domésticos

que buscam promover suas ideias políticas na sociedade, influenciar a agenda política, criar e fortalecer coalizões políticas. Diversos estudos já demonstraram a relevância desses tipos de atores em diferentes áreas, em especial nas reformas do Estado de bem-estar ocorridas entre os anos 1980 e 1990 (Beland e Waddan 2000; Smyrl e Genieys 2008; Blyth 2013; Campbell e Pedersen 2018). Em seu estudo comparando os Estados Unidos, França, Alemanha, e Países Baixos, Campbell e Pedersen, denominam esses conjuntos de atores: “Regimes de Conhecimento” (2014); nosso trabalho se insere nessa agenda de pesquisa.

Os regimes de conhecimento compõem a ponte entre o regime político e econômico de um país, ajudando não apenas a formar coalizões entre ativistas, intelectuais e políticos, mas também a direcionar as perspectivas a respeito de quais são os principais problemas a serem enfrentados em termos de políticas públicas, e quais as melhores soluções para resolvê-los. Nesse sentido, os regimes de conhecimento são “aparatos de formulação de sentido”, e são especialmente relevantes em períodos de transformação, incerteza, e surgimento de novos desafios (Campbell e Pedersen 2014, loc. 253 kindle ed.). (2014).

No caso dos Estados Unidos, o regime de conhecimento constitui-se principalmente com base nos Think Tanks; institutos de pesquisa, avaliação e análise de políticas públicas, que surgiram ao final do século XIX como resposta aos novos desafios econômicos e sociais a nível doméstico e internacional (Smith 1993; Bertelli e Wenger 2009, 229). Com a ascensão dos Estados Unidos como potência global, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, mais Think Tanks passaram a atuar na área de Relações Internacionais e Segurança e Defesa, constituindo-se como importantes atores também para a formulação e aconselhamento na área de política externa, além de servirem como fornecedores de pessoal especializado para atuarem como oficiais de governo (McGann 2010). Os Think Tanks, pelo seu caráter politicamente orientado e ativo, são plataformas para intelectuais, pesquisadores, ativistas, e policymakers desenvolverem e promoverem suas ideias, buscando formar coalizões e até reformar plataformas partidárias; nesse sentido, eles são também “mercadores de coalizões” político-ideológicas (Noel 2014, 31).

A propagação dos Think Tanks nos Estados Unidos começa de forma tímida, mas se torna um fenômeno que importante no cenário político do país, sendo possível identificar quatro fases distintas de propagação. A primeira, de 1900 a 1945, marcaria uma fase de propagação de Think Tanks acadêmicos e independentes. A segunda, de 1945 a 1970, seria marcada pela criação de institutos independentes, mas que trabalham por contrato, assim como de Think Tanks governamentais. A terceira, de 1971 a 1989, seria a fase de expansão de Think Tanks advocatícios, marcados pelo posicionamento político, ideológico, e por táticas midiáticas. Por

fim, a quarta fase, a parti da década de 1990, seria caracterizada por um retorno à criação de instituto centristas, e o surgimento de institutos de “legado”, ou seja, aqueles dedicados a avançar a visão de uma figura proeminente, seja intelectual ou política (Abelson 2018; Weidenbaum 2009, 29–35)). Destacamos que a proliferação e caráter desses institutos reflete o processo de polarização política e transformação das coalizões partidário-ideológicas nos Estados Unidos do decorrer do século XX (Stahl 2016, cap. 5).

2. O Movimento Progressista: do populismo ao ambientalismo

O movimento e pensamento político Progressista é um fenômeno que reflete tanto demandas domésticas quanto movimentos reformistas internacionais. Desigualdade econômica, imperialismo, desordem social, busca por reformas, contraposição à política de balanço de poder, todas essas questões eram intensamente discutidas entre social-democratas e socialistas na Europa e entre progressistas nos Estados Unidos (Dawley 2003, cap. 1).

Antes de mais nada, é preciso enfatizar que o que chamamos de Progressismo no início do século XX não foi um movimento de uma classe ou grupo. O movimento progressista foi impulsionado por queixas e ressentimentos de diferentes grupos sociais – desde agricultores que se sentiam abandonados pelo governo nacional e governos locais, até as classes médias urbanas que temiam possíveis conflitos de classe, incluindo grupos religiosos que buscavam moralizar a sociedade. Esse caráter multifacetado explica tanto o sucesso quanto as dificuldades de implementar muitas das reformas propostas.

Nas primeiras décadas do século XX, o Progressismo se constituiu como um forte movimento político e ideológico que ajudou a promover diversas reformas políticas e governamentais nos Estados Unidos. Autoproclamados Progressistas eram encontrados nos principais partidos norte-americanos.¹ Inspirando-se em ideias socialistas e buscando renovar os ideais tradicionalmente norte-americanos de republicanismo, liberdade individual, livre iniciativa, liberdade de expressão, e democracia, os progressistas se posicionaram como “novos liberais”.² Ao mesmo tempo, o movimento progressista era composto por um elemento

¹ Na época, as coalizões Republicana e Democrata eram mais fragmentadas e não eram facilmente identificáveis em termos ideológicos. Esse processo de identificação se inicia na década de 1950, a partir de movimentos de intelectuais e ativistas, que Noel denomina “mercadores de coalizão” (Noel 2014, cap. 5), que buscaram direcionar as agendas partidárias segundo suas preferências políticas. Outros fatores para esse redirecionamento partidário-ideológico foram a popularidade do New Deal entre as minorias e a acentuada identificação entre conservadorismo e Partido Republicano nas décadas seguintes, o que fez com que os setores conservadores democratas, em especial no sul, se reduzissem continuamente, ajudando a tornar o partido Democrata mais *liberal* (Rosenfeld 2017, 221–22).

² A ideia de que o Progressismo seria uma renovação do liberalismo nos Estados Unidos fez com que os termos progressista e liberal (*Progressive* e *Liberal*) se tornassem quase que sinônimos; a simpatia que os progressistas

moralista e racista que não deve ser ignorado: as políticas de assimilação voltadas a “americanizar estrangeiros”, o movimento proibicionista (*Prohibition*), composto proeminentemente por mulheres, e o silêncio em relação à segregação revelam esse caráter (Hofstadter 1960, 231–37; Kloppenberg 1988, 363).

A agenda política progressista incluía um amplo espectro de propostas legislativas. As mais gerais se referiam a criar sistemas de ensino público, realizar reformas urbanas, promover campanhas de vacinação, assistência social, acabar com o trabalho infantil, e a criação de direitos trabalhistas. A nível nacional, esses ativistas propuseram reformas para regular as grandes corporações – em especial as ferrovias – criar agências reguladoras, parques nacionais, e, em especial, a criação do imposto de renda progressivo.

2.2. O Movimento Progressista e os Think Tanks

A confiança na educação e na ciência, no pragmatismo e na experimentação, fez com que os progressistas enfatizassem o papel das universidades em formar os futuros líderes políticos e os experts que seriam necessários para implementar e consolidar as reformas governamentais que eles propunham. Ao mesmo tempo, a criação de institutos independentes de pesquisa e aconselhamento político se tornaram importantes meios pelos quais esses ativistas e intelectuais reformistas se organizaram. Os Think Tanks criados nesse período serviram, corroborando as expectativas de seus fundadores e financiadores, para prover o conhecimento que faltava aos policymakers e às burocracias nascentes nos Estados Unidos (Critchlow 1985, 8–10) e se tornaram um importante recurso da constituição do estado moderno norte-americano (Skowronek 1982, 286).

Ao final dos anos 1920, muitas das políticas apoiadas por progressistas haviam sido colocadas em prática, em especial as reformas burocráticas que tornaram o governo federal e os governos locais mais eficientes, assim como o imposto de renda progressivo e a criação das agências reguladoras. Ao mesmo tempo, as políticas de assistência ajudaram a criar a base para o Estado de bem-estar social norte-americano décadas depois. A retração do papel norte-americano no cenário internacional entre guerras e o crescimento econômico dos anos 1920 pareceram sepultar as ideias progressistas (Dawley 2003, 285; Hofstadter 1960, 222) mas esse cenário não duraria muito. A crise de 1929, a depressão dos anos 1930, e a Segunda Guerra Mundial estimularam uma renovação no movimento progressista, que se tornou mais inclusivo,

do início do século XX apresentavam por ideias socialistas fez com que, décadas mais tarde, o termo *liberal*, nos EUA, se tornasse associado a ideias socialistas – especialmente entre conservadores. Evidentemente, o que se entende por socialismo nessa disputa retórica é um ponto contestável (Inc 2018).

próximo ao movimento dos direitos civis, voltado à defesa dos Direitos Humanos, multilateralismo, e com uma retórica anticolonialista e anti-imperialista (Dawley 2003, 337).

Entre os anos 1930 e 1950, os institutos criados refletiram essas novas preocupações. Destacamos a criação da NAACP Legal Defense & Educational Fund, criado em 1940 por Thurgood Marshall, que se tornaria o primeiro juiz afro-americano na Suprema Corte, sendo primeiro Think Tanks norte-americano voltado para as questões de direitos civis e Direitos Humanos. Após a década de 1960, o instituto continuou se dedicando à busca por igualdade racial, e ampliou o escopo de seus estudos, voltando-se também para temas relacionados a justiça econômica. Cabe mencionar também a criação do Institute for Research on Labor and Employment, associado à Universidade de Berkeley, e o Americans for Democratic Action, também dedicado ao avanço dos direitos civis.

O principal momento de renovação do movimento progressista se deu na década de 1960: o movimento pelos direitos civis e em especial o projeto da Grande Sociedade de Lyndon Johnson renovaram o espírito reformista. O projeto da Grande Sociedade foi a culminação da visão progressista de que seria preciso ir além da reverência à constituição e aos direitos negativos, e que seria necessário usar o conceito de direitos positivos para promover justiça econômica e social (Filene 1970; Woods 2016, cap. 2; Woods 2015). Os principais Think Tanks da época refletem a ênfase no tema dos Direitos Civis: Drum Major Institute for Public Policy e o Vera Institute of Justice, Outro instituto importante é o Center for Constitutional Rights, fundado em 1966, voltado para a defesa dos Direitos Civis. Destaca-se também a criação do Institute for Policy Studies, um instituto declaradamente progressista que busca promover justiça econômica e social a partir de uma perspectiva ambientalista.

Na década de 1970 os temas de justiça econômica se tornaram o foco dos institutos progressistas, assim como igualdade de gênero, e meio-ambiente. Destacamos a criação do Southern Poverty Law Center, a People United to Serve Humanity, uma organização delcaradamente *liberal* que propunha políticas voltadas à justiça social, em especial da população negra. Nesse mesmo período foi criado o Council on Hemispheric Affairs, um Think Tank progressista voltado a pensar política externa para a América Latina. Também se destaca a criação do Institute for Food and Development, voltado para combater as injustiças que causam a fome no mundo, promover “mudança sistêmica” por meio de novas formas de relação com a produção agrícola. Em 1982 foi criado o Co-op America (posteriormente renomeado para Green America), cuja missão é criar uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. Em 1984 foi criada a Environmental and Energy Study Institut, que declara dedicado a promover sociedades sustentáveis e equitativas.

O final dos anos 1980 até 2000, representam um período de retomada das questões econômicas entre os Think Tanks progressistas. Nesse período foram criados importantes institutos como o Economic Policy Institute. Nesse período é criado o Roosevelt Institute, um Think Tank dedicado a reavivar as ideias e o legado de Franklin Delano Roosevelt. Outro instituto relevante é o Economic Opportunity Institute, que se diz dedicado a combater os interesses corporativos e criar uma economia justa. O Progressive Policy Institute é especialmente relevante por ter sido fundado pelo Conselho de Liderança Do Partido Democrata para ser um catalisador de intelectuais e líderes progressistas comprometidos com a criação de ideias “radicalmente pragmáticas” em políticas públicas e economia – e revela a aproximação entre o Partido Democrata e a ideologia progressista.

Observamos como a linguagem desses Think Tanks também nos ajuda a entender como o progressismo se desenvolve no decorrer do século XX. De uma linguagem mais difusa nas primeiras décadas, voltada a propostas como: proteger a democracia, promover reformas, e combater a corrupção, os institutos autodeclarados progressistas vão assimilando, a partir da década de 1960, uma retórica permeada por termos como equidade e justiça (equity and fairness), justiça social, justiça econômica, sociedades justas e sustentáveis começa a ser observada nas declarações de missão. Combater o poder corporativo também é uma evolução na forma como os progressistas adaptaram a ideia de combater interesses especiais na política, uma pauta central para os progressistas do início do século XX.³ Todo nosso levantamento e análise até aqui nos ajudam a entender como o Progressismo se desenvolveu como movimento político no decorrer do século XX nos Estados Unidos. Mas existe outra questão que se coloca para pensarmos: como o progressismo se traduz em termos de política externa? A próxima parte desse trabalho é dedicada a explorar essa questão.

3. Metodologia

3.1. Análise Qualitativa de Conteúdo (Qualitative Content Analysis)

Antes de tudo, é importante destacarmos que existe uma variedade de metodologias de análise de conteúdo de caráter qualitativo (Lune e Berg 2016). Ou seja, o termo “análise de conteúdo” engloba técnicas que atendem a diferentes objetivos, por exemplo: explorar o conteúdo de textos e imagens; desenvolver teorias baseadas nos dados, a chamada Grounded Theory (Charmaz e Charmaz 2006); acessar o sentido imanente do material – em outras

³ Anexo B.

palavras, entender a mensagem do texto em seu contexto e analisá-la criticamente – objetivo específico das chamadas análises hermenêuticas (Flick, Kardoff, e Steinke 2004, cap. 5.16; Koskinen e Lindström 2013); a análise de discurso – que, por sua vez, engloba diversas vertentes, desde aquelas de caráter proeminentemente linguístico, referente a como atos de fala se convertem em ação (Austin 1975) até a análise de discurso político-ideológica (Foucault 1996).

A QCA comporta um conjunto de técnicas para explorar e analisar o material qualitativo de forma sistemática. Segundo Mayring (2000), o primeiro passo se refere a definir as questões, ou temas, que irão direcionar a análise. A essas questões ou temas nós denominamos “códigos” ou “categorias”. O segundo passo é a chamada imersão nos dados. Esse processo serve para que o pesquisador desenvolva familiaridade com o material e ajudar a determinar e complementar o quadro de códigos ou categorias que irão guiar a análise propriamente dita. Uma vez imerso nos dados e constituído o quadro de códigos principais, a fase seguinte é a codificação propriamente dita, onde o pesquisador irá atribuir os códigos principais, identificar e organizar subcódigos – um processo importante para complementar o conhecimento a respeito dos temas que o pesquisador busca investigar. Por fim, a partir dessa organização e codificação, espera-se ser possível interpretar e apresentar os resultados (Schreier 2012, cap. 1 e 2).

3.2. Organização e codificação do material

O material de nossa análise se refere às publicações dos institutos progressistas dedicados a temas de política externa – em especial que tratam de América Latina e Brasil – publicadas em meio eletrônico entre 2016 e 2020. Os Think Tanks foram selecionados a partir de um banco de dados próprio, criado com base nos principais repositórios de Think Tanks disponíveis online. A partir de nossa base de dados, identificamos os Think Tanks classificados por nós (e muitas vezes autodeclarados) progressistas, que tratam do tema de política externa e tem material sobre América Latina e/ou Brasil. Ao todo, identificamos 22 institutos que atendiam a esses critérios. Em seguida, coletamos as publicações sobre América Latina e/ou Brasil do período entre 2016 e 2020, e organizamos por ano de publicação tanto para sistematizar quanto para permitir uma possível análise comparada do material, ao todo, analisamos cerca de 490 documentos.

Para a análise, definimos os seguintes temas: segurança e defesa, direitos e direitos humanos, economia e comércio, governança e democracia, geopolítica/relações exteriores; imigração; e atuação dos EUA.⁴

⁴ Esses mesmos códigos-chave servirão de base para a análise do material referente aos institutos conservadores, e se necessário, serão também serão criados itens específicos para a análise desses institutos.

Figura 1. lista de códigos e subcódigos (Progressistas)

Categoria	Quantidade
Lista de Códigos	3810
VERIFICAR	44
Países/Regiões	854
Meio-Ambiente	161
Desmatamento	58
Desenvolvimento sustentável	17
Mudança climática	28
Campesinato e povos indígenas	67
Agroecologia	11
Atuação dos EUA	130
Assistência/apoio técnico em Políticas Públicas	30
Relações Diplomáticas/Interferência política	58
Colaboração Militar/inteligência	12
Investimentos/Comércio	4
Controle migratório/segurança das fronteiras	29
Sanções Econômicas	11
Geopolítica/Relações Exteriores	122
China	35
Rússia	15
Irã	15
Organizações Internacionais	34
Disputas geopolíticas regionais	6
Acordos Multilaterais	18
Governança	347
"Onda Rosa"	25
Direita/Conservadorismo	39
Processo eleitoral	19
Democracia	146
Ditadura/Golpe de Estado	47
Welfare	41
Corrupção/Transparência	104
Sociedade civil/movimentos sociais	33
Sistema de Justiça/Judiciário	53
Economia	227
Política Econômica	16
Comércio/commodities	102
Infraestrutura e tecnologia	34
Capitalismo e Neo-Liberalismo	63
Direitos e Direitos Humanos	248
Direitos Políticos	2
Violência contra minorias	35
Violência urbana	36
Violência policial/política	91
Violência contra a mulher	29
Direitos Reprodutivos	34
Liberdade de expressão	20
Imigração/Asilo	96
imigração de não-latinos	7
Segurança e Defesa	78
Disputa/segurança nas fronteiras	3
Crime organizado	38
Guerra às drogas	27
Terrorismo	11
Conjuntos	0

A partir dessas categorias, na medida em que desenvolvemos a leitura sistemática dos documentos (Jesson, Matheson, e Lacey 2011, cap. 7), identificamos temáticas que se

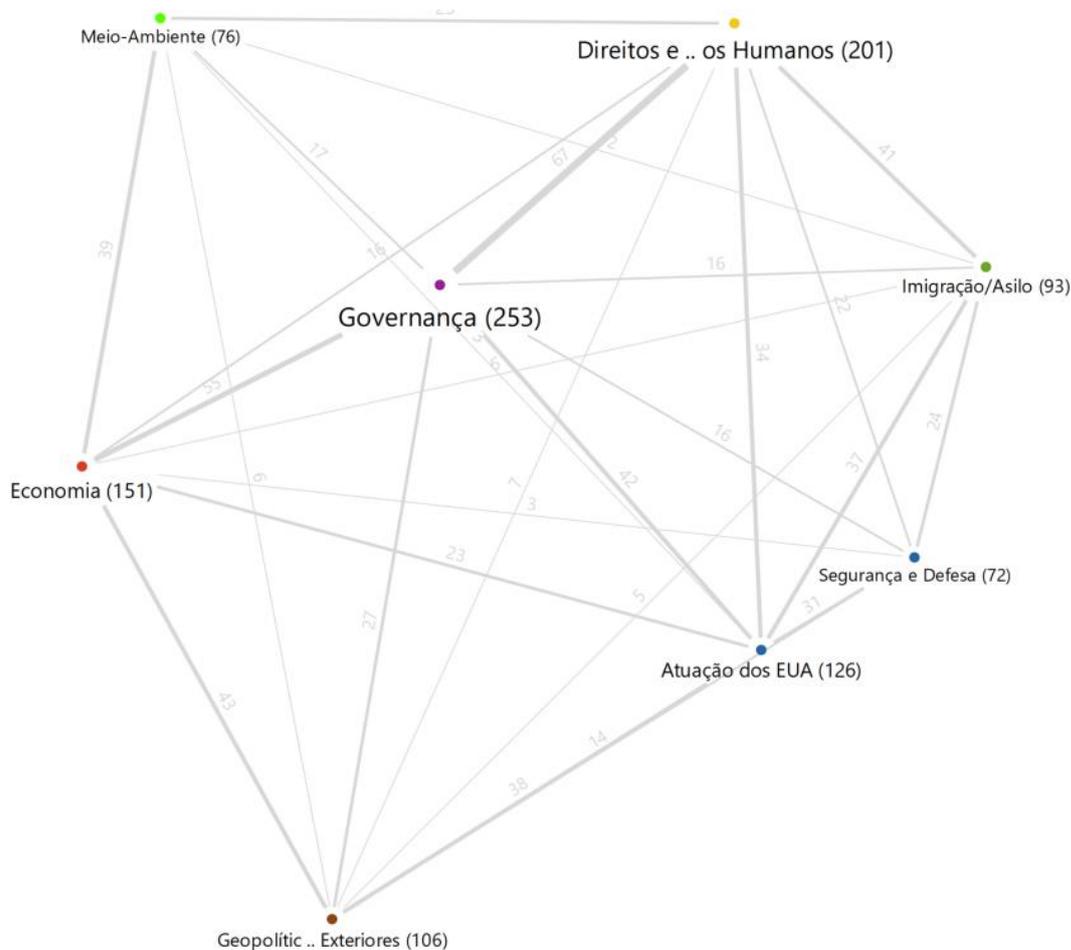
destacavam pela recorrência nos textos, e assim desenvolvemos as subcategorias de análise. As subcategorias, que também denominamos como subcódigos, nos ajudam a desenvolver a nossa análise de forma mais sistemática.

4. Think Tanks progressistas e política externa: problemas e recomendações

4.1. Governança

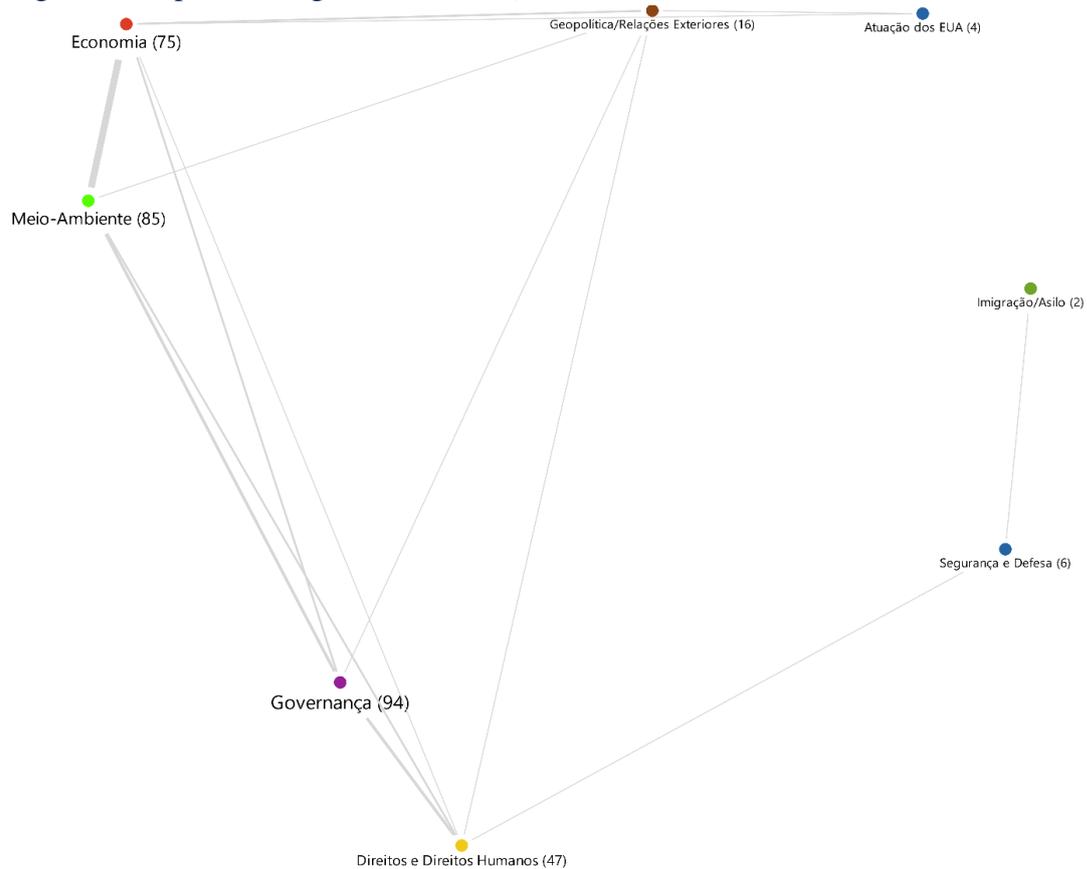
Conforme mencionamos, o movimento Progressista surge em resposta a demandas de diversos grupos por um Estado mais organizado, presente, capaz de regulamentar a economia e, ao mesmo tempo, demandas por um sistema político mais democrático, menos corrupto e pelo combate à plutocracia. Nesse sentido, é esperado que o tema da governança, que envolve democracia, burocracias, sistema de governo, e reformas governamentais, seja de grande destaque na produção desses institutos.

Figura 2. Mapa de Categorias LATAM (2016-2020)



Fonte: autora, 2022

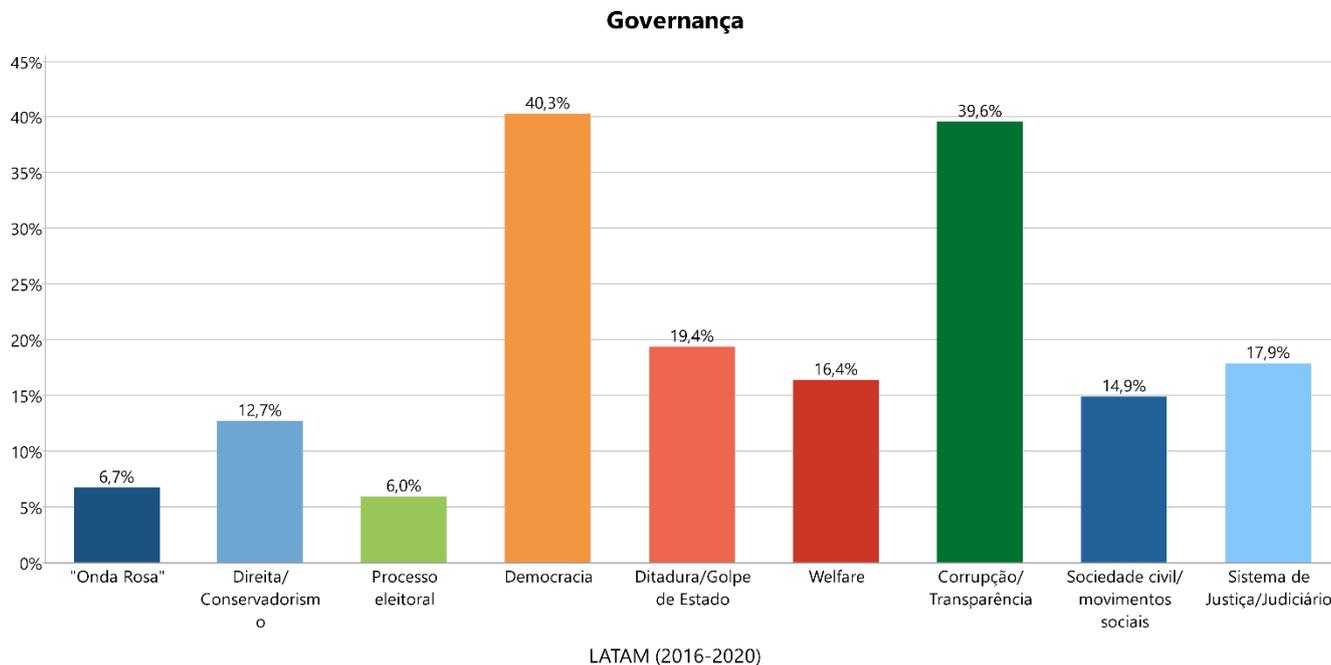
Figura 3. Mapa de Categorias – Brasil (2016-2020)



fonte: autora, 2022

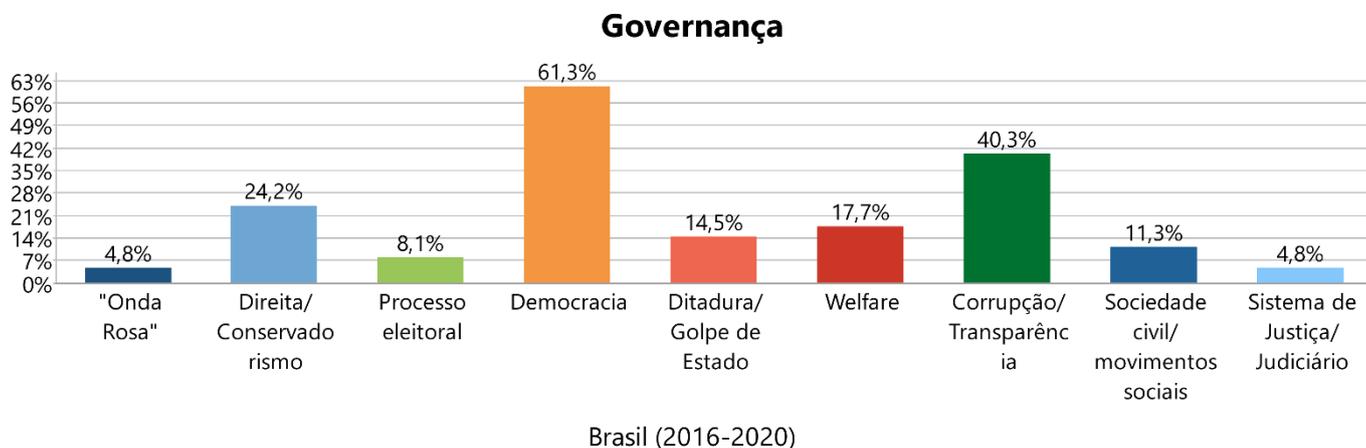
Nessa categoria, destacam-se dois temas: a qualidade do processo democrático, e a questão da corrupção.

Figura 4. Governança – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes à LATAM



Fonte: autora, 2022

Figura 5. Governança – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes ao Brasil



Fonte: autora, 2022

Nesse aspecto, dois pontos são destacados: primeiro, as más condições de trabalho dos agentes públicos, inclusive os baixos salários. Em segundo lugar, a insularidade das forças de segurança em relação ao sistema de justiça. Para esses institutos, o processo de militarização das forças de segurança policiais e o baixo controle dos setores militares nesses países estimulam tanto a corrupção quanto a violência. Por outro lado, a falta de independência dos procuradores gerais e do judiciário de forma geral também contam como falhas estruturais que tornam a violência policial e a corrupção problemas tão sérios na região. Nesse ponto, o México e o Triângulo Norte (Guatemala, Honduras, e El Salvador) têm destaque na maioria das

publicações analisadas.⁵ (WOLA "A Critical Year for Strengthening Rule of Law in Central America" 2018).

Sugestões de formas pelas quais os EUA podem atuar no combate à corrupção nesses países vão além de ajuda financeira, mas envolvem também o apoio técnico para formular essas reformas, assim como o suporte a grupos da sociedade civil, como jornalistas e ativistas de defesa dos direitos humanos, uma vez que esses grupos possuem um papel importante para o monitoramento e análises desses processos. Requerer informações constantes sobre os casos de corrupção e estimular e apoiar organizações não governamentais – como a Freedom House – em seus trabalhos de monitoramento também são sugestões apontadas (WOLA "Mexico's Mechanism to Protect Human Rights Defenders and Journalists" 2016).

Ao mesmo tempo em que os institutos destacam a necessidade de os Estados Unidos atuarem de forma mais ativa nos esforços de combate à corrupção e no fortalecimento dos sistemas de justiça desses países, há um posicionamento que atribui aos EUA uma parcela de responsabilidade pelas precárias estruturas democráticas da região.

Nesse sentido, seguimos para outra subcategoria importante: "Ditadura/Golpe de Estado". Esses processos são vistos como, por um lado, consequências de um posicionamento considerado imperialista e autoritário dos EUA na região durante a Guerra Fria, e que permaneceria até os dias atuais – essa posição é especialmente defendida pelo Council on Hemispheric Affairs – e aos interesses econômicos de grupos de privados que se beneficiariam de governos autoritários.

As duas experiências ditatoriais que ganham mais destaque são a ditadura de Pinochet no Chile, e a Ditadura Militar na Argentina.

Para esses institutos, as principais sequelas dessas experiências ditatoriais na região, além das violações de Direitos Humanos são as violações aos direitos dos povos indígenas, instabilidade política, altos níveis de corrupção, falta de transparência, e a implementação de medidas neoliberais, consideradas impróprias para os países da região. Nesse sentido, os governos de esquerda que se estabeleceram no final do século XX e início do século XXI seriam uma ruptura com a tendência de governos de direita que marcaram a política latino-americana.

⁵ De acordo com o Global Peace Index (2022), o México ocupa a 137ª posição entre os 163 países analisados, a Guatemala o 106º, Honduras a 117ª, e El Salvador está em 114º sendo os primeiros lugares do índice reservados aos países mais pacíficos (Global Peace Index 2021 Summary & Findings). No ranking da Transparência Internacional, que mede as percepções sobre a transparência e corrupção, a Guatemala ocupa o nível 25º, El Salvador 34º, Honduras, 23º, e o México, 31º, sendo que o ranking varia de 100 a 0, sendo os índices mais altos reservados aos países percebidos como mais transparentes (2021 Corruption Perceptions Index).

Por outro lado, é importante observar como os institutos veem as crises relacionadas aos governos de esquerda que compuseram a onda rosa. Em primeiro lugar, esses institutos não negam a existência de corrupção nesses governos, mas tendem a relativizar esses problemas chamando a atenção para a cultura política da corrupção que seria endêmica nessas sociedades, onde atos de corrupção são considerados aceitáveis. Além disso, a tendência que se observou a partir dos anos 2010 de eleições de governos mais à direita é considerada mais como uma demonstração de protesto contra promessas não cumpridas dos partidos de esquerda, e não uma oposição às ideias e políticas que esses partidos propunham (COHA "fact-checking heralded 'the end of Latin America Left'" 2016)

Para os institutos de caráter progressista, as principais dificuldades para estabelecer instituições democráticas fortes e estáveis está relacionada a alguns fatores principais: primeiro, a uma cultura política que aceita a corrupção, tornando o comportamento corrupto endêmico. Segundo, associam a fragilidade institucional desses países à influência dos Estados Unidos na região, por meio de uma política externa considerada imperialista. Terceiro, a uma agenda neoliberal, que colocaria os interesses organizados acima da sociedade.

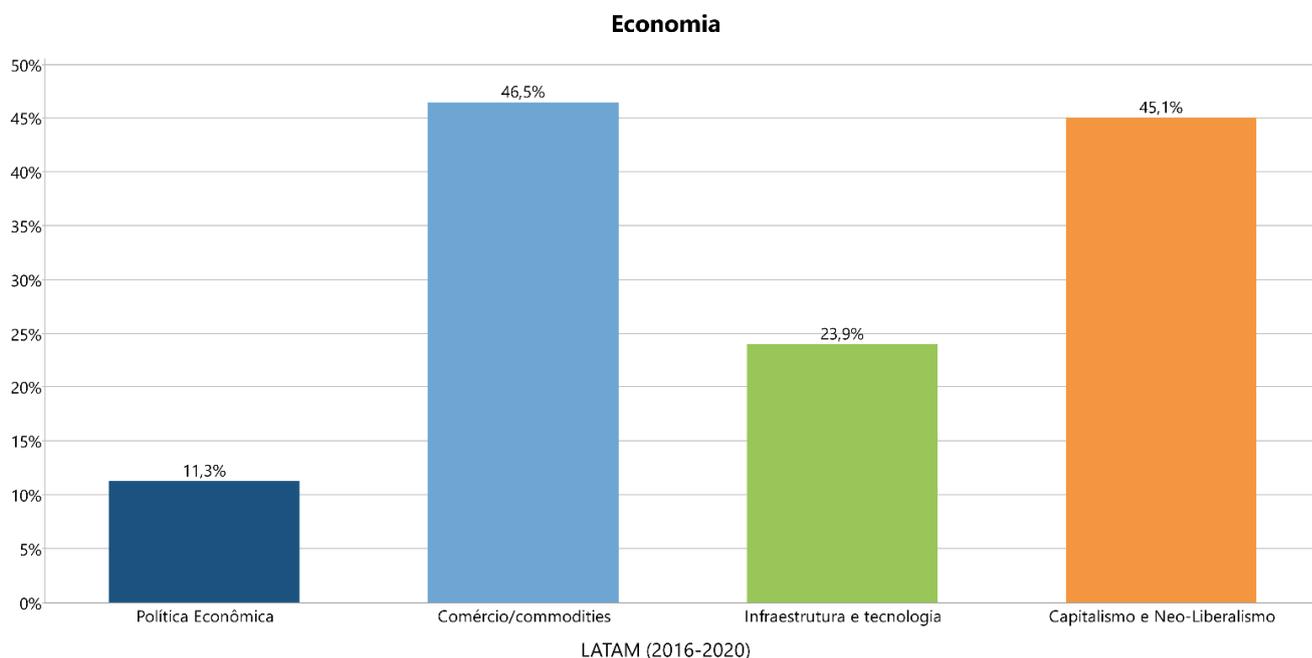
4.2. Economia e Comércio

Em termos de comércio, esses institutos apontam com preocupação a dependência latino-americana em commodities, e observam que a demanda internacional por esses produtos no início do século XXI, que acompanha o crescimento econômico da China, reforçou essa dependência, constituindo uma ameaça tanto ao meio-ambiente quanto aos povos indígenas e camponeses de vários países da região. O desafio de acomodar a produção de commodities com a proteção do meio ambiente é uma grande preocupação desses institutos.

Esses institutos também avançam uma perspectiva de política econômica centrada em investimento e direcionamento estatal na economia. Nesse sentido, rever o papel dos bancos centrais e coordenar uma política monetária surge como uma proposta para ajudar os governos a responderem a demandas sociais que uma política monetária mais restrita não seria capaz de responder (COHA "reassessing Central Bank Independence" 2017)"

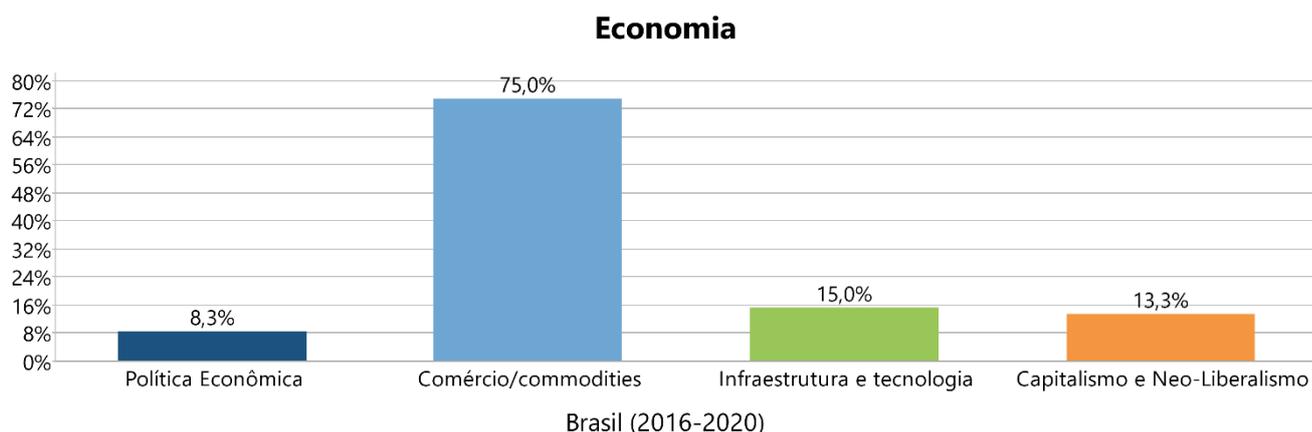
Figura 6. Economia - estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes à LATAM

Fonte: autora, 2022



Nesse sentido, observamos que, em termos de política econômica, as propostas são condizentes com uma posição tradicional Progressista de experimentalismo político aliado às demandas democráticas.

Figura 7. Economia – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes ao Brasil



Fonte: autora, 2022

Por fim, se destaca a crítica ao neoliberalismo. Medidas neoliberais são vistas como ameaça não somente à economia como também à vida em comunidade por duas razões: primeiro, esses institutos criticam as medidas neoliberais em termos morais, ou seja, mesmo que sejam capazes de promover desenvolvimento econômico, elas promoveriam uma cultura menos comunitária e solidária (COHA "Chile's biased anti-terrorism laws" 2017), em especial entre povos

indígenas. Segundo, coloca-se a desigualdade econômica como um problema em si mesmo, e que seria exacerbado por medidas como abertura de mercado e privatizações. Muitas vezes, observamos colocações duras a medidas neoliberais, sendo consideradas “cruéis” (COHA "Radical Neoliberalismo was born and will die in Chile", 2020), e “bárbaras” (COHA "Latin America in review: year of the revolt of the dispossessed", 2019).

Para os institutos progressistas, a experiência do Chile é a mais reveladora do que eles consideram como “promessas vazias” do neoliberalismo. A aproximação entre Pinochet e os Estados Unidos, e o fato de que vários assessores da ditadura de Pinochet estudaram na Escola de Economia de Chicago, são pontos nos quais os institutos progressistas se sustentam para associar os economistas da Escola de Chicago, em especial Milton Friedman, e suas ideias, a autoritarismo e violência. Apesar de reconhecer que o Chile obteve crescimento econômico e se tornou um dos países com melhores índices de estabilidade econômica da região, destaca-se o processo de aumento da desigualdade social como uma consequência negativa diretamente relacionada ao neoliberalismo. (COHA "Another failed promise" 2016).

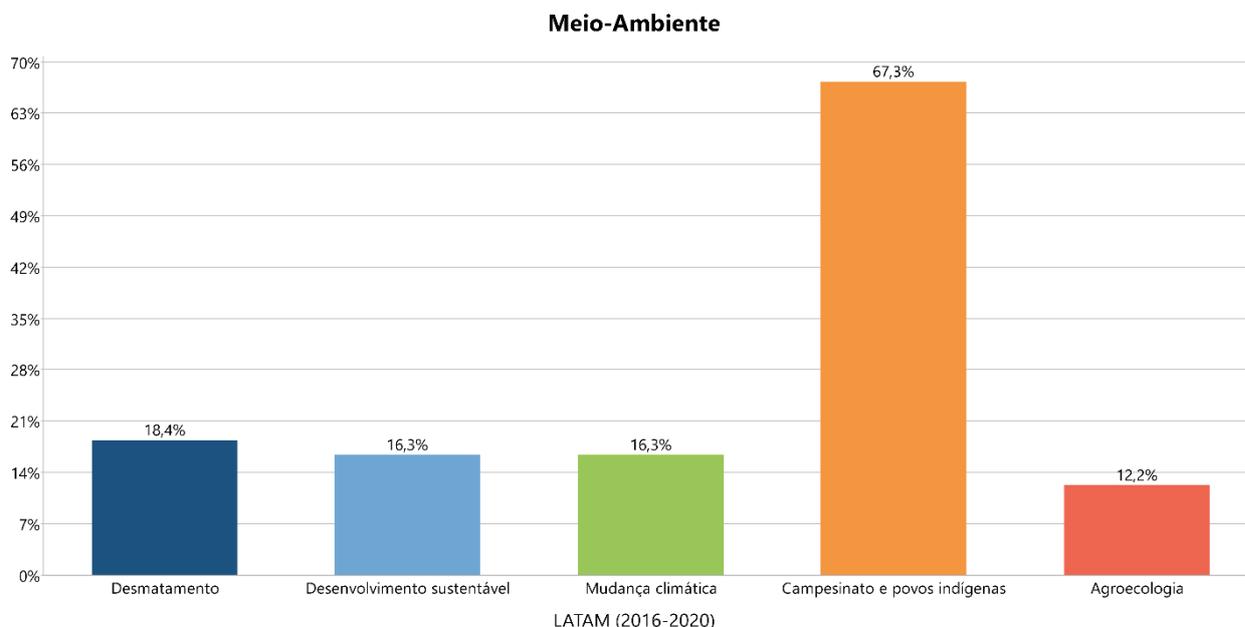
Para esses institutos, abertura comercial, privatização, reforma previdenciária, vouchers para educação, entre outras propostas, são considerados como uma forma de privatização da vida social ao tornar serviços de educação, saúde, e pensão mais próximos do mercado e menos dependentes do Estado. Nesse sentido, a crítica a ideias neoliberais, apesar de abarcar indicadores e evidências, se dá no campo moral.

O que esses institutos apontam, e isso se torna mais evidente principalmente quando se trata de questões ambientais e de povos indígenas, é uma falha do capitalismo e de ideias neoliberais em estabelecer sociedades que tenham uma forte concepção de comunidade e solidariedade. Isso porque o crescimento econômico pelo capitalismo gera desigualdade econômica que, para esses institutos, preconiza necessariamente a desigualdade política. Nesse sentido, tornar o Estado o principal responsável pelo fornecimento de serviços públicos seria uma forma de reforçar esse senso de comunidade e igualdade política; o desafio está em articular o Estado forte, capaz de direcionar a economia, com o processo democrático e a possibilidade de articulação de uma sociedade civil livre.

4.3. Meio-ambiente

A questão ambiental é de central importância na visão dos institutos progressistas, em especial no século XXI,⁶ e isso se reflete no material produzido sobre política externa desses institutos.

Figura 8. Meio-ambiente – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes à LATAM

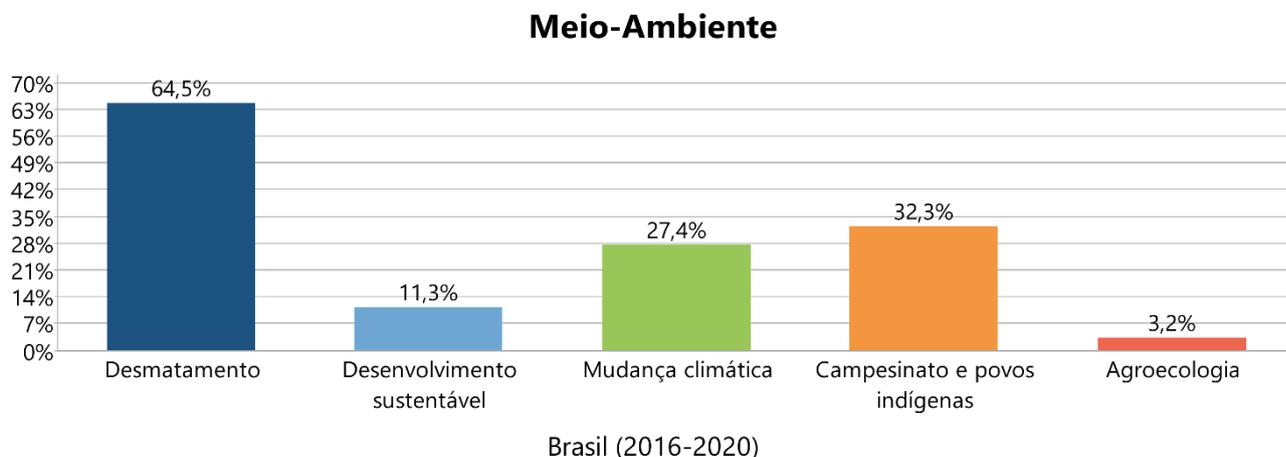


Fonte: autora, 2022

O Brasil aparece com mais ênfase na questão ambiental, em primeiro lugar pela diversidade de biomas e em função de conter grande parte da floresta amazônica, por outro, a relevância do país na produção agropecuária também direciona a atenção para como essa atividade econômica está sendo conduzida e em que medida afeta a integridade do meio-ambiente.

⁶ No primeiro capítulo de nossa tese, observamos uma tendência de criação de institutos progressistas voltados à questão ambiental que se inicia na década de 1970 e se intensifica no século XXI.

Figura 9. Meio-ambiente – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes ao Brasil



Fonte: autora, 2022

Identificamos dois conjuntos de propostas para proteger o meio ambiente. O primeiro é voltado a pensar estratégias para tornar a produção agropecuária mais produtiva. Isso implicaria em trabalhar em algumas frentes: primeiro, facilitar o acesso ao crédito para produtores rurais, em especial os pequenos e médios produtores, para que eles possam investir em estrutura e tecnologia que tornem a produção mais intensiva sem a necessidade de expandir território; segundo, oferecer aos produtores que cumprem com objetivos de preservação ambiental “títulos verdes” (green bonds) que permitam com que o acesso ao crédito seja ainda mais fácil e barato (Mighty Earth "The new green bond may address one-third of deforestation in the Brazilian Cerrado" 2019; CPI "The Next Step Towards Climate Change Mitigation " 2017).

Essas iniciativas devem ser combinadas com o fortalecimento das ações de fiscalização e a punição devida aos produtores que violam territórios de proteção ambiental. Desse modo, a transição para formas mais intensivistas de produção agropecuária seria uma forma eficiente de conter o desmatamento e auxiliaria o país a reflorestar as áreas perdidas e garantir que novas áreas de floresta sejam protegidas. Mais do que isso, adotar medidas como essas fortaleceriam o papel do Brasil na sociedade internacional (CPI "Large-Scale Reforestation: Starting with Public Lands in the Brazilian Amazon" 2019)

Ainda nessa linha propostas entram as preocupações com a forma como os direitos de propriedade são implementados e protegidos no Brasil. O Climate Policy Initiative, por exemplo, chama a atenção para o fato de o Brasil ter um fraco sistema de proteção de direitos de território, e que fortalecer esse sistema seria um caminho para facilitar a fiscalização e a proteção ambiental, além de ajudar a reduzir a violência no campo que muitas vezes ocorre por disputas territoriais. No entanto, para isso, seria necessário rever a estrutura de regulamentação,

considerada muito complexa, a dificuldade de pequenos e médios produtores de registrarem sua propriedade, e a necessidade de criação de uma base integrada e atualizada das terras públicas e privadas. (CPI "Insecure land rights: a major problem in Brazilian rural areas" 2016).

Por outro lado, existe uma outra posição que propõe medidas mais radicais para solucionar o problema do desmatamento e combater o aquecimento global, baseadas em agroecologia. O movimento agroecológico, de acordo com o material analisado, tem um viés anticapitalista, busca retomar práticas tradicionais e comunitárias de produção agropecuária, e enxerga com desconfiança o uso de transgênicos e aditivos. Também são críticos de acordos de comércio que facilitem o acesso a insumos agrícolas (IATP "The EU-Mercosur Agreement " 2020).

Nessa perspectiva, a orientação é desenvolver um novo sistema de alimentação e relação com o meio-ambiente. São institutos que falam em combater o capitalismo, promover a igualdade, e soberania alimentar. Nessa linha de interpretação, combater o aquecimento global, o desmatamento, e proteger a fauna e a flora implica necessariamente num posicionamento revolucionário. No centro dessa perspectiva agroecológica está a valorização dos povos camponeses e povos indígenas, cujas experiências devem servir de base para a transformação nas formas de produção agrícola e relações sociais de modo geral (IATP "Building Alternatives for Food Systems and Trade" 2016).

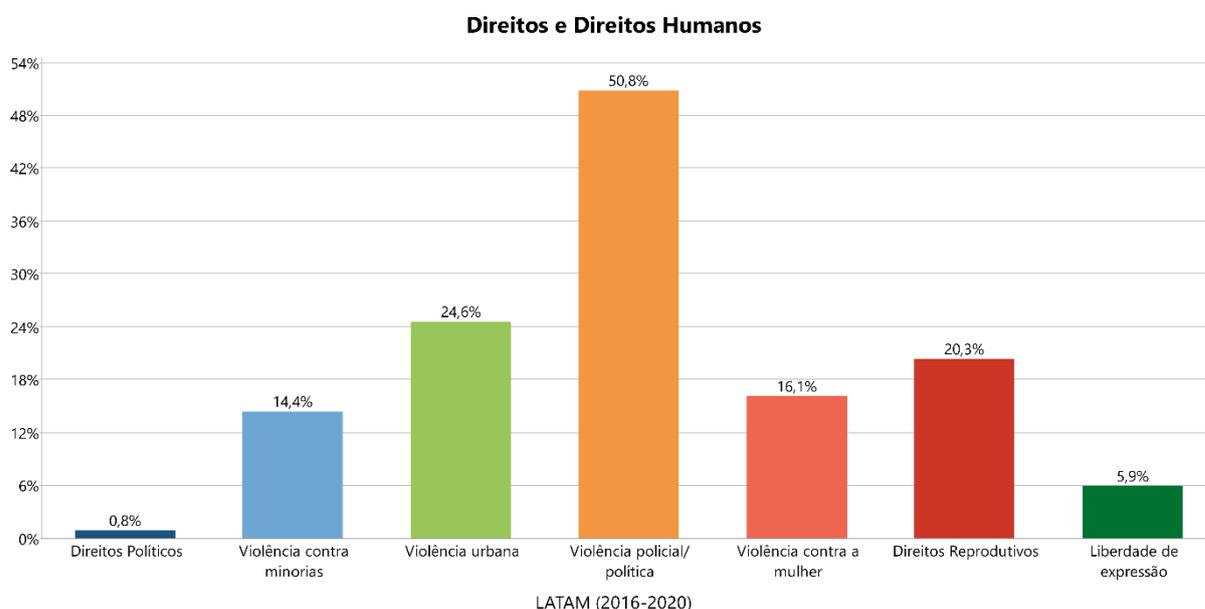
Interessante observar, por exemplo, que até a crise econômica na Venezuela é vista como um passo em direção à revalorização dessas práticas agroecológicas. Segundo a COHA, a população venezuelana, movida pela necessidade, tem “aproveitado o momento” para reavivar práticas de produção que levam à soberania alimentar, e o reduzido acesso a insumos agrícolas também tem sido importante para estimular uma transição para uma produção orgânica e agroecológica. Ao mesmo tempo, a falta de acesso a alimentos processados teria o lado positivo de estimular uma nova apreciação por alimentos locais e formas tradicionais de alimentação (COHA "Hunger in Venezuela? A look beyond the spin" 2016).

De modo geral, observamos uma preocupação especial em proteger o meio ambiente correlacionada com a proteção e valorização das populações camponesas e dos povos indígenas. Muitas vezes são mencionados os casos de violência sofridos por essas populações, e a violação inerentes dos direitos e Direitos Humanos decorrentes tanto de disputas territoriais quanto pela ação do Estado. Nesse sentido, para muitos desses institutos, proteger o meio-ambiente é uma forma de fortalecer os Direitos Humanos na região.

4.4. Direitos e Direitos Humanos

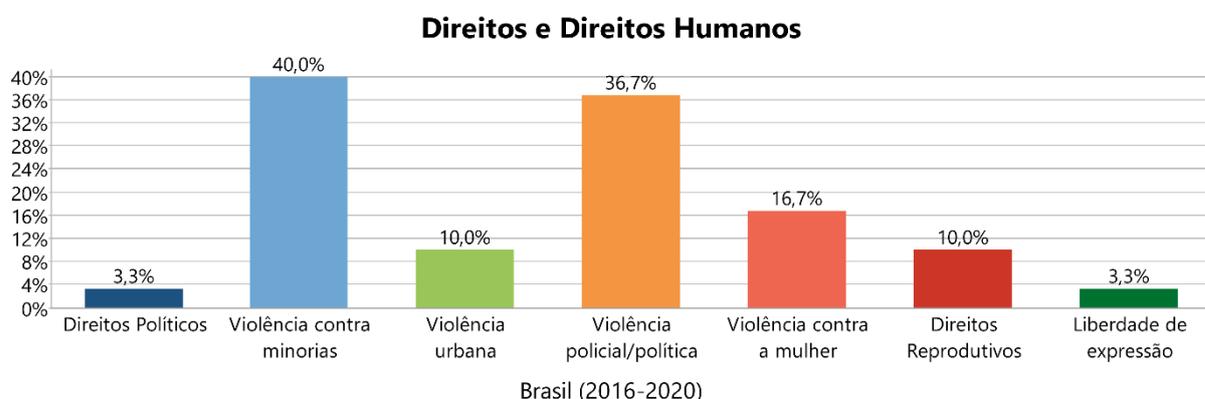
A temática de Direitos Humanos tangencia grande parte do material analisado; os institutos progressistas usualmente enquadram os problemas que observam na região nessa perspectiva humanitária, mais do que econômica ou institucional. Nessa categoria, destacamos dois temas principais: violência política/policial, e violência urbana, e violência contra minorias. Nesse aspecto, o legado das ditaduras militares na região tem força na explicação do porquê esses países apresentam a tendência de usar as forças militares para segurança pública.

Figura 10. Direitos e Direitos Humanos – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes à LATAM



fonte: autora, 2022

Figura 11. Direitos e Direitos Humanos – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes ao Brasil



fonte: autora, 2022

Na questão de violência policial/política, observamos o quanto os institutos dão ênfase à violência sofrida por grupos indígenas e camponeses, e ativistas defensores do meio-ambiente. A repressão a essas grupos é de grande relevância no material analisado e demonstra o quanto

a questão ambiental é relevante para esses institutos a partir do fato de que ela é enquadrada em diversas frentes: ambiental, cultural, econômica, e Direitos Humanos (COHA "Honduran Environmental Activists' Mission to Europe: Awakening International Responsibility" 2016; COHA "The Murder of..." 2016; FOOD FIRST "USFSA in Solidarity with the MST NO to Peasant Murders and NO to the Coup!"2016).

Outro destaque nesse tópico é a relevância dada à violência contra a mulher e aos direitos reprodutivos. Nesse aspecto, observamos que os institutos atribuem com frequência a falta de políticas de proteção às mulheres e os altos índices de violência contra a mulher à cultura patriarcal, chamando a atenção, inclusive, para a falta de representatividade feminina nas casas legislativas de vários desses países. Em termos de direitos das mulheres e direitos reprodutivos, observamos o foco dado aos países do Triângulo Norte, onde existem as leis contra o aborto mais restritas da região. Em relação à violência policial/política, e violência urbana, a mesma recomendação perpassa a solução dos dois problemas: reduzir o papel das formas militares na segurança pública.

4.5. Relações Internacionais: Segurança e Defesa, Atuação dos EUA, e Imigração

As categorias de relações exteriores estão profundamente correlacionadas e por isso devem ser apresentadas em conjunto. Primeiro, os documentos mencionam com frequência instituições internacionais, como a ONU e suas agências, além da participação dos países latinos em fóruns e encontros promovidos por esses órgãos.

Na questão migratória, observamos que o México e o Triângulo Norte são o principal foco desses institutos, em seguida temos a Venezuela e, por fim, algumas menções a fluxos de imigrantes não latinos para a América Latina.

Figura 12. Geopolítica/Relações Exteriores – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes à LATAM

Fonte: autora, 2022

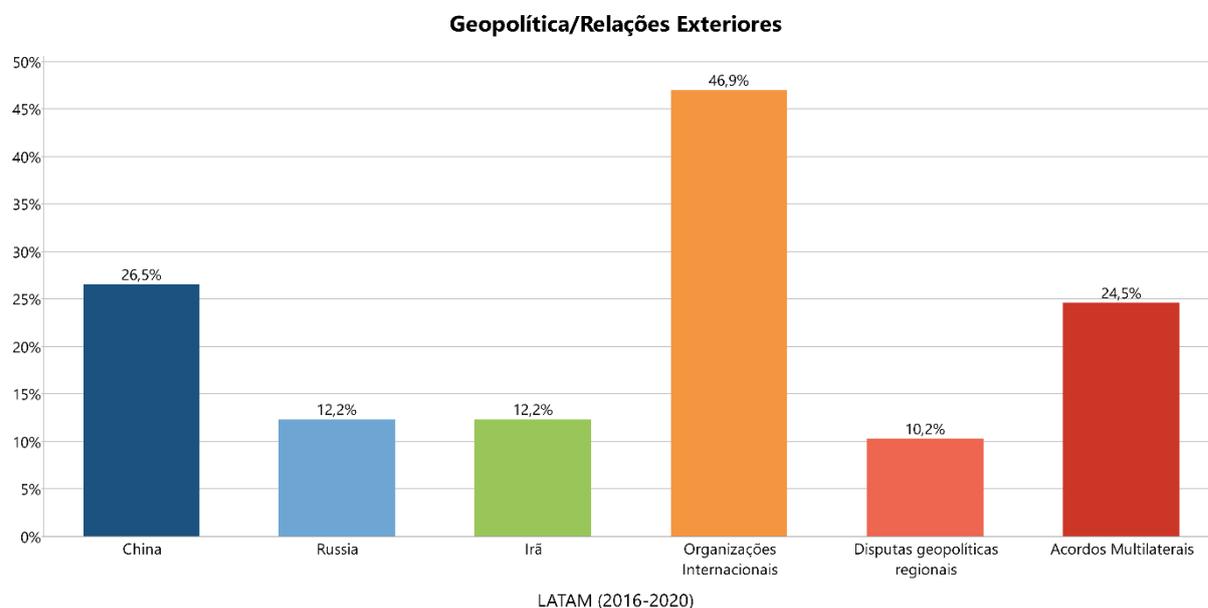
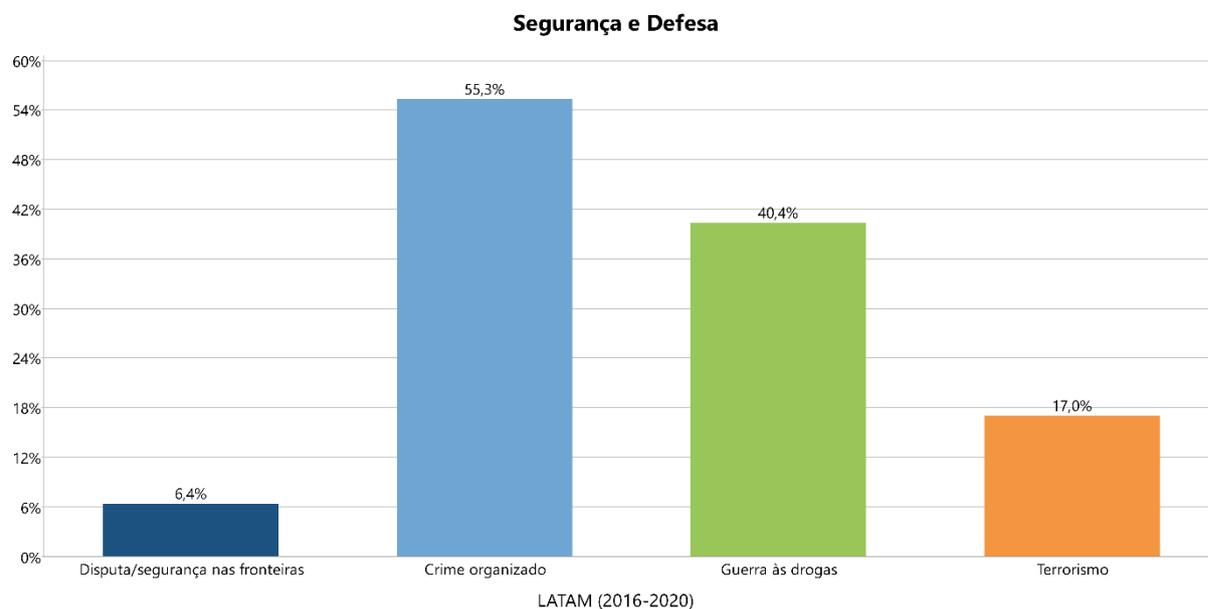


Figura 13. Segurança e Defesa – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes à LATAM



Fonte: autora, 2022

Em primeiro lugar, é interessante observar que esses institutos buscam desqualificar a ideia de que o fluxo migratório dos países da América Central e México para os Estados Unidos é um problema de segurança e defesa das fronteiras. Os institutos, em especial os trabalhos do WOLA, apontam para o fato de que cada vez mais os migrantes que buscam atravessar a fronteira do México para os EUA são famílias fugindo da pobreza e, principalmente, da violência em seus países. Nesse sentido, a política norte-americana de tratar os migrantes como

uma ameaça à segurança não estaria apenas equivocada como estimula mais violações aos Direitos Humanos dessas pessoas. Nesse sentido, observamos críticas aos acordos feitos entre EUA e México para frear o fluxo migratório (“*remain in Mexico*”), uma política que, no limite, restringe os migrantes da América Central a campos de contenção no México, e os torna mais vulneráveis a violência; tão preocupante quanto é a falta de acesso a um sistema de justiça capaz de proteger e punir aqueles que cometem atos de violência contra esses grupos (WOLA "Report: Access to Justice for Migrants in Mexico" 2017).

Figura 14. Relações Exteriores/Geopolítica – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes ao Brasil



Fonte: autora, 2022

Figura 15. Segurança e Defesa – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes ao Brasil

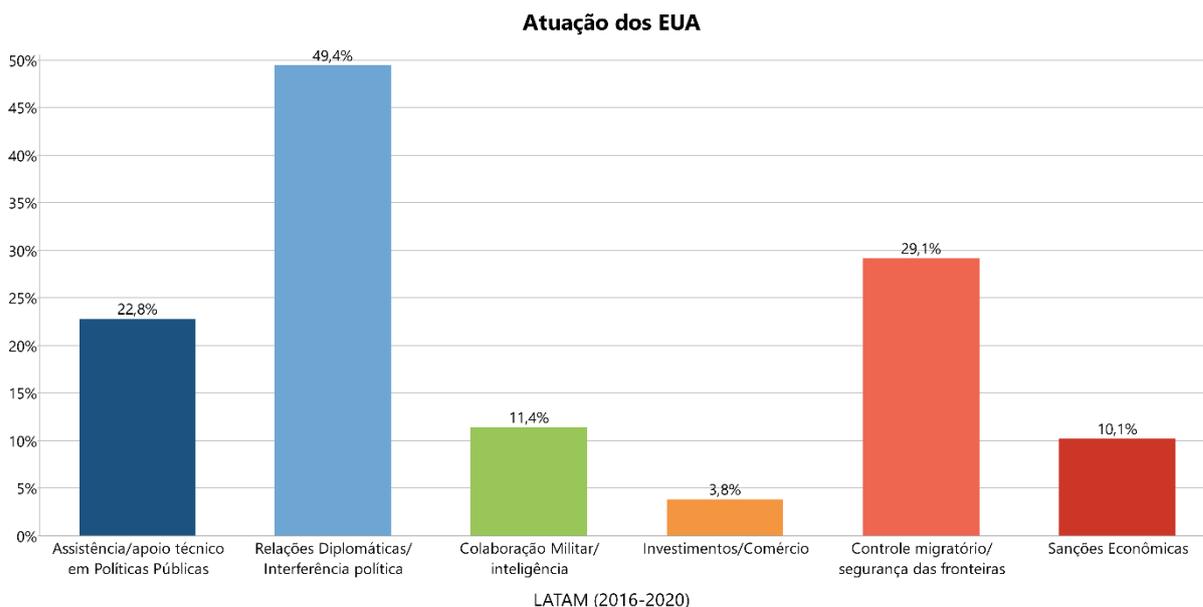


Fonte: autora, 2022

A partir dessas observações, as principais recomendações se dão em três frentes: a primeira já foi discutida no item “Governança”: reformar o sistema de justiça e buscar novos programas para combater a corrupção; a segunda seria retirar a questão migratória do enquadramento de

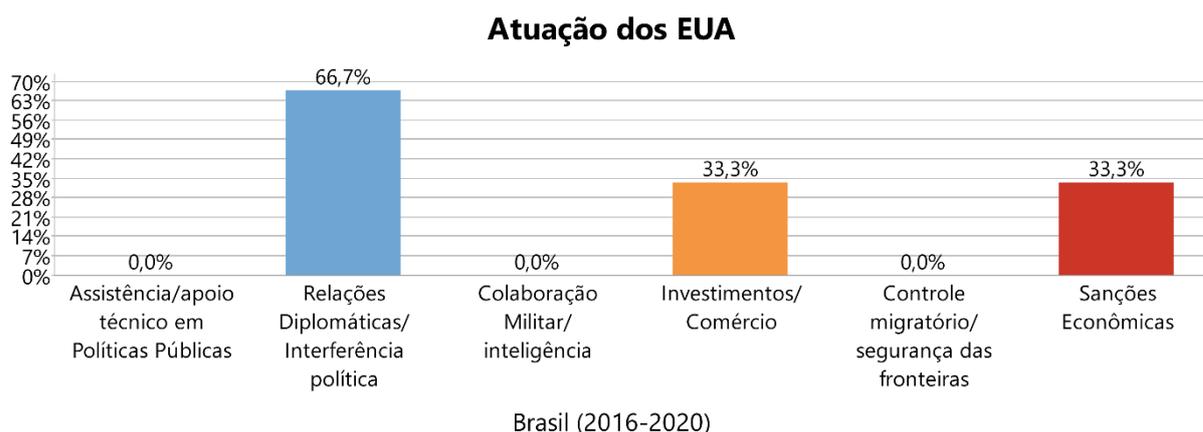
defesa e segurança, afastando, assim, as forças militares do trato com migrantes nas fronteiras; e a terceira é direcionada aos Estados Unidos: a revisão da ideia de que a migração é uma ameaça ao país e, principalmente, oferecer apoio técnico e político aos países de onde tem saído a maioria dos migrantes para o México e os EUA: os países do Triângulo Norte.

Figura 16. Atuação dos EUA - estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes à LATAM



fonte: autora, 2022

Figura 17. Atuação dos EUA – estatística de codificação para todos os grupos de documentos referentes ao Brasil



fonte: autora, 2022

Recomenda-se também que os EUA deveriam oferecer treinamento e programas de profissionalização aos setores de acolhimento e formalização dos imigrantes, especialmente na fronteira sul do México. Por fim, e considerado o mais importante, os EUA deveriam oferecer assistência para combater as causas da migração, mas essa assistência não deve ser concentrada

apenas em fortalecer a segurança nesses países, mas também fortalecer as instituições, combater a corrupção, e expandir oportunidades econômicas. Não são indicados os passos específicos de como isso deve ser feito, nem se deveriam haver pré-condições para o país oferecer esse tipo de apoio (WOLA "Report: Mexico's Southern Border - Security, Central American Migration, and U.S. Policy" 2017).

Por outro lado, também existe uma vertente, melhor representada pelo COHA, que enquadra o papel dos EUA sob outra ótica; os EUA como um poder imperialista e autoritário, que deveria se afastar ao máximo dos países latinos. Essa opinião é muitas vezes reforçada pelo histórico de interferência norte-americana na região, em especial durante a Guerra Fria.

Esse posicionamento é ainda mais evidente nas publicações do instituto referentes à situação política de Venezuela. Segundo o COHA, a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela representou uma virada em direção à autonomia política e antineoliberal, servindo de exemplo para os outros países latinos. Contudo, segundo o instituto, a permanência de uma política externa autoritária por parte dos EUA fez com que a Venezuela se tornasse o principal alvo das aspirações imperialistas da potência norte-americana. Nesse sentido, os EUA estariam cooptando outros países da região, como a Argentina e o Brasil (pós-Dilma em especial), assim como organizações não-governamentais, como a Organização dos Estados Americanos (OAS, na sigla em inglês), para desqualificar tanto Hugo Chávez quanto seu sucessor Nicolás Maduro (COHA "Does the United States Care About Democracy in Venezuela?" 2017).

Ainda sobre as sugestões de atuação dos EUA na região, destaca-se as relações entre EUA e Argentina, em especial em acordos de segurança e defesa. Nesse caso, segundo o COHA, a Argentina estaria seguindo uma política externa subserviente, tornando-se um peão no jogo norte-americano de isolar a Venezuela – e qualquer outro país que queira seguir um caminho antineoliberal e independente (COHA "Argentina and Washington" 2018).

Também há menções à aliança entre EUA e Colômbia, sendo esse um dos países que mais recebeu apoio financeiro e técnico dos EUA, especialmente para o combate ao narcotráfico. Nesse aspecto, o estímulo norte-americano à “guerra às drogas” na Colômbia, e na América Latina como um todo, transformando essa questão em problema de segurança nacional, é visto de forma muito crítica por todos os institutos que tratam do tema. Por um lado, essa influência teria fortalecido o papel das forças militares na segurança pública, estimulando a violência, por outro, teria politizado essas mesmas forças, intensificando o problema polarização política.

De acordo com o WOLA, a tendência nos países latino-americanos de rever a política de drogas, inclusive buscando regulamentar o uso dessas substâncias, como ocorreu no Uruguai,

seria o melhor caminho para resolver os problemas de segurança na região, domésticos e regionais (WOLA "Trends of the Decade: The Path to Drug Policy Reform" 2019).

Por fim, cabe mencionar a aproximação dos países latinos com países considerados inimigos dos Estados Unidos, como o Irã. Segundo o COHA, os EUA não teriam motivos para esse tipo de preocupação; o Irã estaria se aproximando da América Latina meramente por razões comerciais. No caso venezuelano, a aproximação com o Irã representaria uma aliança ideológica e política em busca da interdependência e multipolaridade, e ajuda a avançar a “agenda socialista” do país (COHA "The Iran Doctrine in Latin America" 2016). Por outro lado, a forma como os institutos percebem a atuação da China na América Latina é mais ambígua.

4.5.1. China e Rússia

A princípio, os institutos constatam que os investimentos norte-americanos e europeus na América Latina têm decrescido vertiginosamente há décadas. Esse cenário é considerado preocupante principalmente em razão de esses países necessitarem de investimento estrangeiro e de crédito para realizarem projetos de infraestrutura necessários ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, a aproximação entre América Latina e China se apresenta como uma alternativa interessante por duas razões: primeiro, porque a China oferece linhas de crédito de longo prazo e muitas vezes financia diretamente projetos de infraestrutura por conta própria. Por outro, a aproximação com a China, ainda que primariamente em termos comerciais, seria uma forma de contrabalançar o poder norte-americano na região (COHA "China and Latin America in 2016" 2016; COHA "Ecuador's Accomplishments under the 10 Years of Rafael Correa's Citizen's Revolution" 2017). No entanto, todos os institutos que mencionam essa aproximação fazem importantes ressalvas.

Primeiro, há o alerta de que a China expressa pouca preocupação com o meio-ambiente – um tema de grande importância para os institutos Progressistas, como vimos. Em alguns documentos vemos críticas a esses projetos, denominados “exploradores e insustentáveis” em termos ambientais. Em seguida, em termos econômicos, COHA chama a atenção para a ideia de “recomodificação” (“*recommodification*”) da região, ou seja, a demanda chinesa por commodities latino-americanas estaria estimulando investimento em atividades agrícolas e extrativistas, desviando recursos que deveriam, segundo o instituto, ser usados para industrializar a região, e torná-la mais autônoma, superando a “dependência”, mas de forma ambientalmente sustentável (COHA "The Dubious Impact of Chinese Investment in Latin America" 2016).

Por outro lado, o papel da Rússia recebe menos destaque em função da sua atuação mais restrita a alguns países, muitas vezes voltada ao comércio de armas e materiais bélicos, assim como alguns projetos menores em petróleo, mineração, energia nuclear e infraestrutura. Mas há a indicação de que o país poderia e deveria se envolver mais na região, desde que os países busquem se proteger dos “aspectos mais ameaçadores” do envolvimento russo. Nesse sentido, a COHA recomenda que os EUA reconheçam que os países latinos têm autonomia para se aproximarem de outras potências sem que isso se torne uma questão de segurança nacional para o país norte-americano, e que os EUA deveriam adotar a postura de um bom parceiro comercial (COHA "Russian Engagement in Latin America: An Update" 2018).

Considerações finais

Tradicionalmente, o Progressismo se caracteriza pela confiança na ciência, na racionalidade humana, pela crença da possibilidade de aprendizado pela história, reformas e experimentação política. Também é marcado pelo pragmatismo, e pela ideia de que ciência e democracia se baseiam em princípios semelhantes: experiência, aversão ao dogmatismo, e busca pela verdade. Ao mesmo tempo, o progressismo se desenvolveu buscando regular o sistema econômico, pela busca da equidade política e da justiça econômica.

O que significa ser progressista nos Estados Unidos assumiu novos contornos na medida em que ocorreram três processos: primeiro, a nova coalizão partidária democrata, estimulada em grande parte pela popularidade do New Deal. Segundo, o movimento pelos Direitos Civis tomou ímpeto na década de 1960. Terceiro, pelo processo de polarização das elites, que começa a se tornar mais evidente nos anos 1970. Por meio desses processos, o Progressismo se tornou mais associado ao Partido Democrata, mais próximo das pautas de minorias, em especial da população negra norte-americana, e ganhou contornos mais identificáveis em termos retóricos. A questão da justiça social e econômica, assim como o tema do meio-ambiente, e a busca por combater o poder das elites e controlar as corporações se estabelecem no século XXI como uma renovação da retórica progressista.

A partir do material analisado, observamos como esses temas se traduzem em termos de propostas em política externa. Antes de mais nada, é importante destacarmos que a América Latina não corresponde a uma grande produção entre os institutos Progressistas que tratam de Relações Internacionais, isso pode ser o reflexo de uma tendência geral de desinteresse norte-americano pela região.

Outro ponto importante é o foco regional. A maioria do material produzido se concentra em duas regiões: México e Triângulo Norte. Esse foco se justifica tanto pela proximidade com

esses países quanto ao fato de que o México é um importante parceiro comercial, e a principal via para imigrantes que buscam entrar nos Estados Unidos. A questão migratória não é enquadrada como uma questão de segurança e defesa, mas humanitária, sendo comum críticas aos acordos entre México e Estados Unidos que submetem às forças de segurança militares o trato com os imigrantes, e as barreiras impostas aos que buscam asilo em ambos os países.

Em termos de economia e comércio, observamos um posicionamento muito crítico ao capitalismo e a princípios neoliberais, com posições contra acordos de livre comércio – por exemplo, entre o Mercosul e a União Europeia – sob o argumento de que esses acordos seriam tão prejudiciais à economia desses países quanto ao meio-ambiente. Nessa temática, observamos também a preocupação com uma nova dependência, por meio de um aparente processo de “recomodificação” da região, a partir das novas demandas por commodities por meio de novas potências como a China. Não encontramos propostas específicas para pensar em como modernizar o sistema econômico e torná-lo mais produtivo.

Nesse ponto, cabe destacar a ambivalência em relação à China. Embora a busca de novos parceiros não ocidentais é vista como uma forma de “amortecer” o poder norte-americano, e essa busca é considerada proveitosa, a falta de preocupação ambiental e humanitária por parte da China, evidenciada em suas práticas econômicas na região, são vistas como preocupantes. Por outro lado, há menções ao isolamento econômico da região cada vez maior em relação à Europa e aos EUA, e a falta de investimento advinda dessas regiões como algo negativo. Mas não encontramos propostas específicas sobre como os países devem se portar em relação a essas questões.

Na América do Sul, dois países se destacam: o Brasil e a Venezuela. No caso do Brasil, o destaque se revela em função de três temas: meio-ambiente, em razão da Amazônia e do papel do país na produção mundial de commodities; violação aos Direitos Humanos, principalmente violência policial e violência contra minorias, inclusive povos indígenas; e corrupção. Nesse último ponto, o material analisado corresponde ao período em que a Presidente Dilma Rousseff foi afastada e posteriormente sofreu Impeachment, o que pode ter estimulado uma produção mais intensa a respeito desse tema

Sobre a Venezuela observamos duas posições dissonantes representadas pelos dois principais institutos: WOLA e COHA. O primeiro é crítico ao governo de Maduro, aponta para os casos de corrupção, violação de Direitos Humanos, e para fraudes eleitorais. Além disso, apesar de reconhecer alguns avanços sociais promovidos pelos governos de Hugo Chávez, aponta para a falta de responsabilidade fiscal, e falta de investimentos em políticas que tornassem o país mais produtivo e menos dependente da extração de commodities. Também

denunciam a erosão ao sistema democrático promovida nos anos Chávez, e reforçada nos anos Maduro. Para o COHA, por outro lado, esses governos representam experiências socialistas bem-sucedidas, democráticas e legítimas, que estão sob ataque.

Em termos formais, o material produzido geralmente é composto por artigos curtos, e notícias comentadas. Materiais mais robustos geralmente se referem a questões ambientais, a reformas políticas e Direitos Humanos. Em resumo, os institutos progressistas em termos de política externa posicionam os temas de Direitos Humanos e Meio-ambiente em profunda correlação, são críticos a políticas de cunho neoliberal, ainda que debatam as experiências ditas socialistas em alguns países na região. São críticos à forma como os EUA promoveu a sua política de Guerra às Drogas para o hemisfério, associando-a à militarização das forças policiais, violência policial e política, e corrupção. A imigração aparece como um problema socioeconômico, muito relacionado à violência, e não como um problema de segurança nacional.

Esses institutos também chamam a atenção para o fato de que o cenário em que os Estados Unidos estão inseridos no século XXI é muito mais complexo do que há 30 anos atrás, mas alertam para o fato de que o país não parece agir de acordo com essa nova situação. Reconhecer que o cenário internacional é mais interdependente e balanceado do que era há algumas décadas implica em uma nova forma de liderança: menos intervencionista, mais preocupada com questões ambientais, e mais propensa a fazer concessões e aceitar o declínio do poder norte-americano, recolher-se e se concentrar em reformas domésticas para combater a desigualdade e fortalecer a democracia no plano doméstico, ao mesmo tempo em que trabalha por meio de organizações internacionais para fortalecer o Direito Internacional e a governança internacional de forma unilateral.

REFERÊNCIAS

- Abelson, Donald E. 2018. *Do Think Tanks Matter? Third Edition: Assessing the Impact of Public Policy Institutes*. 3ª edição. McGill-Queen's University Press.
- Abramowitz, Alan I., e Steven Webster. 2016. "The Rise of Negative Partisanship and the Nationalization of U.S. Elections in the 21st Century". *Electoral Studies* 41 (março): 12–22. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2015.11.001>.
- Araldi, Lucas, e Eduardo Munhoz Svartman. 2020. "Rede Atlas, think tanks e a construção da liberalização econômica no Brasil: uma análise do Instituto Millenium e do Instituto Ludwig Von Mises Brasil". *Conexão - Comunicação e Cultura* 18 (35). <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/7591>.

- Austin, J. L. 1975. *How to Do Things with Words: Second Edition: 5*. Editado por Marina Sbisa e J. O. Urmsson. 2nd Revised ed. edição. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Beland, Daniel, e Alex Waddan. 2000. "From Thatcher (and Pinochet) to Clinton? Conservative Think Tanks, Foreign Models and US Pensions Reform". *The Political Quarterly* 71 (2): 202–10.
- Berelson, Bernard. 1952. *Content Analysis in Communication Research / by Bernard Berelson*. Foundations of Communications Research. Glencoe, Ill.: Free Press.
- Berman, Sheri. 2001. "Ideas, Norms, and Culture in Political Analysis". Editado por Ronald Inglehart, Peter Katzenstein, David Laitin, e Kathleen McNamara. *Comparative Politics* 33 (2): 231–50. <https://doi.org/10.2307/422380>.
- Bertelli, Anthony M., e Jeffrey B. Wenger. 2009. "Demanding Information: Think Tanks and the US Congress". *British Journal of Political Science* 39 (2): 225–42.
- Blyth, Mark. 2013. *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford ; New York: Oxford University Press, USA.
- Buckley, William F. 2012. *God and Man at Yale: The Superstitions of "Academic Freedom"*. Regnery Gateway.
- "Building Alternatives for Food Systems and Trade". s.d. Acessado a 7 de setembro de 2022. <https://www.iatp.org/blog/201608/building-alternatives-for-food-systems-and-trade>.
- Campbell, John L. 2018. "Institutional Analysis and the role of ideas in political economy". Em *The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*, 5º ed. Princeton: Princeton University Press.
- Campbell, John L., e Ove K. Pedersen. 2014. *The National Origins of Policy Ideas: Knowledge Regimes in the United States, France, Germany, and Denmark*. Edição: 1. Princeton University Press.
- , orgs. 2018. *The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*. Princeton University Press.
- Cardoso, Fernando Henrique, e Enzo Faletto. 2004. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castañeda, Jorge G. 2021. "Latin America's Left Turn", 1º de setembro de 2021. <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn>.
- Charmaz, Kathy C., e Kathy Charmaz. 2006. *Constructing Grounded Theory: A Practical Guide through Qualitative Analysis*. 0 edição. Los Angeles: Sage Publications.
- COHA. s.d. "2019 Latin America in Review: Year of the Revolt of the Dispossessed". Acessado a 2 de setembro de 2022a. <https://www.coha.org/2019-latin-america-in-review-year-of-the-revolt-of-the-dispossessed/>.
- . s.d. "A.F.P: Another Failed Promise". Acessado a 2 de setembro de 2022b. <https://www.coha.org/a-f-p-another-failed-promise/>.
- . s.d. "Aggression or Diplomacy: United States to Create New Security Bases in Argentina". Acessado a 9 de setembro de 2022c. <https://www.coha.org/aggression-or-diplomacy-u-s-security-bases-in-argentina/>.

- . s.d. "Argentina and Washington: United On Security, Divided On Trade". Acessado a 9 de setembro de 2022d. <https://www.coha.org/argentina-and-washington-united-on-security-divided-on-trade/>.
- . s.d. "Brazil-Iran Relations in the Post-Cold War". Acessado a 5 de setembro de 2022e. <https://www.coha.org/brazil-iran-strengthened-in-the-post-cold-war-international-systems-kerry-announces-the-monroe-doctrine-is-dead/>.
- . s.d. "Chile's Biased Counter-Terrorist Laws: The Luchsinger-Mackay Case". Acessado a 2 de setembro de 2022f. <https://www.coha.org/chiles-biased-counter-terrorist-laws-the-luchsinger-mackay-case/>.
- . s.d. "China and Latin America in 2016". Acessado a 9 de setembro de 2022g. <https://www.coha.org/china-and-latin-america-in-2016/>.
- . s.d. "Despite Peace, Colombian Coca Is Here to Stay". Acessado a 8 de setembro de 2022h. <https://www.coha.org/despite-peace-colombian-coca-is-here-to-stay/>.
- . s.d. "Does the United States Care About Democracy in Venezuela?" Acessado a 9 de setembro de 2022i. <https://www.coha.org/does-the-united-states-care-about-democracy-in-venezuela/>.
- . s.d. "Ecuador's Accomplishments under the 10 Years of Rafael Correa's Citizen's Revolution". Acessado a 9 de setembro de 2022j. <https://www.coha.org/ecuadors-accomplishments-under-the-10-years-of-rafael-correas-citizens-revolution/>.
- . s.d. "Fact-Checking the Heralded "End of the Latin American Left"". Acessado a 6 de setembro de 2022k. <https://www.coha.org/fact-checking-the-heralded-end-of-the-latin-american-left/>.
- . s.d. "Honduran Environmental Activists' Mission to Europe: Awakening International Responsibility". Acessado a 8 de setembro de 2022. <https://www.coha.org/honduran-environmental-activists-mission-to-europe-awakening-international-responsibility/>.
- coha. s.d. "Radical Neoliberalism Was Born and Will Die in Chile". Acessado a 2 de setembro de 2022. <https://www.coha.org/radical-neoliberalism-was-born-and-will-die-in-chile/>.
- COHA. s.d. "Reassessing Central Bank Independence". Acessado a 6 de setembro de 2022l. <https://www.coha.org/reassessing-central-bank-independence/>.
- . s.d. "Russian Engagement in Latin America: An Update". Acessado a 9 de setembro de 2022m. <https://www.coha.org/russian-engagement-in-latin-america-an-update/>.
- . s.d. "Special Report: Hunger in Venezuela? A Look Beyond the Spin". Acessado a 7 de setembro de 2022n. <https://www.coha.org/special-report-hunger-in-venezuela-a-look-beyond-the-spin/>.
- . s.d. "The Dubious Impact of Chinese Investment in Latin America". Acessado a 9 de setembro de 2022o. <https://www.coha.org/the-dubious-impact-of-chinese-investment-in-latin-america/>.
- . s.d. "The Iran Doctrine in Latin America: A Threat to Hemispheric Security?" Acessado a 9 de setembro de 2022p. <https://www.coha.org/the-iran-doctrine-in-latin-america-a-threat-to-hemispheric-security/>.
- . s.d. "The Murder of Berta Cáceres: Highlighting the Dangers Faced by Human Rights Activists in the Northern Triangle". Acessado a 8 de setembro de 2022q.

- <https://www.coha.org/the-murder-of-bertha-caceres-highlighting-the-dangers-faced-by-human-rights-activists-in-the-northern-triangle/>.
- . s.d. "The Slavery of the 21st Century". Acessado a 27 de agosto de 2022r. <https://www.coha.org/the-slavery-of-the-21st-century/>.
- CPI. s.d. "Insecure land rights: a major problem in Brazilian rural areas". CPI. Acessado a 7 de setembro de 2022. <https://www.climatepolicyinitiative.org/press-release/insecure-land-rights-major-problem-brazilian-rural-areas/>.
- . s.d. "Large-Scale Reforestation: Starting with Public Lands in the Brazilian Amazon". CPI. Acessado a 7 de setembro de 2022. <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/large-scale-reforestation-starting-with-public-lands-in-the-brazilian-amazon/>.
- Critchlow, Donald. 1985. *The Brookings Institution, 1916–1952: Expertise and the Public Interest in a Democratic Society*. DeKalb: Northern Illinois University Press.
- Dawley, Alan. 2003. *Changing the World: American Progressives in War and Revolution. Politics and Society in Twentieth-Century America*. Princeton: Princeton University Press.
- DeLaet, C. James, e James M. Scott. 2006. "Treaty-Making and Partisan Politics: Arms Control and the U.S. Senate, 1960–2001". *Foreign Policy Analysis* 2 (2): 177–200.
- Drisko, James, e Tina Maschi. 2015. *Content Analysis*. Illustrated edition. Oxford University Press.
- Fahy, Gregory M. 2003. "John Dewey's Liberalism: Individual, Community, and Self-Development (review)". *The Journal of Speculative Philosophy* 17 (2): 136–38. <https://doi.org/10.1353/jsp.2003.0030>.
- Faria, Ana Lúcia B., e Vera Chaia. 2020. "Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia neoliberal na América Latina e no Brasil". *Cadernos Metrópole* 22 (agosto): 1059–80. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4917>.
- Filene, Peter G. 1970. "An Obituary for 'The Progressive Movement'". *American Quarterly* 22 (1): 20–34. <https://doi.org/10.2307/2711670>.
- Flick, Uwe, Ernst von Kardoff, e Ines Steinke. 2004. *A Companion to Qualitative Research*. SAGE.
- Foucault, Michel. 1996. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24ª edição. São Paulo: Edições Loyola.
- Friedrichs, Gordon M. 2020. *U.S. Global Leadership Role and Domestic Polarization: A Role Theory Approach*. 1ª edição. New York London: Routledge.
- Fukuyama, Francis. 2014. "America in Decay: The Sources of Political Dysfunction". *Foreign Affairs*, outubro de 2014.
- Gerber, Alan S., e Professor Eric Schickler, orgs. 2016. *Governing in a Polarized Age: Elections, Parties, and Political Representation in America*. New York, NY: Cambridge University Press.

- Gerring, John. 1998. *Party Ideologies in America, 1828–1996*. 1º ed. Cambridge University Press. <https://www.cambridge.org/core/books/party-ideologies-in-america-18281996/2D29C320B121D0994CEBBE278F6B5F15>.
- "Global Peace Index 2021 Summary & Findings". s.d. Acessado a 27 de agosto de 2022. <https://www.visionofhumanity.org/global-peace-index-2021-summary-and-key-findings/>.
- Goodman, John C., e Richard L. Stroup. s.d. "III. Progressive Environmentalism". Mackinac Center. Acessado a 12 de setembro de 2022. <https://www.mackinac.org/6064>.
- Gries, Peter. 2014. *The Politics of American Foreign Policy: How Ideology Divides Liberals and Conservatives over Foreign Affairs*. Stanford: Stanford University Press.
- Gross, Neil. 2013. *Why Are Professors Liberal and Why Do Conservatives Care?* Harvard University Press. <https://www.jstor.org/stable/j.ctt2jbrvr>.
- Grossmann, Associate Professor of Political Science Matt, e Assistant Professor of Political Science David A. Hopkins. 2016. *Asymmetric Politics: Ideological Republicans and Group Interest Democrats*. New York, NY: Oxford University Press, USA.
- Hofstadter, Richard. 1960. *The Age of Reform: From Bryan to f.d.r.* New York: Vintage.
- Inc, Gallup. 2018. "Democrats More Positive About Socialism Than Capitalism". Gallup.Com. 13 de agosto de 2018. <https://news.gallup.com/poll/240725/democrats-positive-socialism-capitalism.aspx>.
- Jesson, Jill, Lydia Matheson, e Fiona M. Lacey. 2011. *Doing Your Literature Review: Traditional and Systematic Techniques*. 1ª edição. SAGE Publications Ltd.
- Katzenstein, Peter J. 1996. *Cultural Norms and National Security: Police and Military in Postwar Japan*. Ithaca, N.Y: Cornell University Press.
- Kloppenber, James T. 1988. *Uncertain Victory: Social Democracy and Progressivism in European and American Thought, 1870 - 1920*. New York, NY: Oxford Univ. Press.
- Koskinen, Camilla A-L., e Unni Å. Lindström. 2013. "Hermeneutic Reading of Classic Texts". *Scandinavian Journal of Caring Sciences* 27 (3): 757–64. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6712.2012.01080.x>.
- Kupchan, Charles A., e Peter L. Trubowitz. 2007. "Dead Center: The Demise of Liberal Internationalism in the United States". *International Security* 32 (2): 7–44.
- Ladd, Jonathan M. 2011. *Why Americans Hate the Media and How It Matters*. Illustrated edição. Princeton: Princeton University Press.
- Lansberg-Rodríguez, Daniel. 2016. "Life after Populism?: Reforms in the Wake of the Receding Pink Tide". *Georgetown Journal of International Affairs* 17 (2): 56–65. <https://doi.org/10.1353/gia.2016.0025>.
- Lune, Howard, e Bruce Berg. 2016. *Qualitative Research Methods for the Social Sciences, Books a la Carte*. 9th ed. edição. New York, NY: Pearson.
- Martin. 2019. "The New Green Bond May Address One-Third of Deforestation in the Brazilian Cerrado". *Mighty Earth* (blog). 6 de agosto de 2019. <https://www.mightyearth.org/2019/08/06/the-new-green-bond-may-address-one-third-of-deforestation-in-the-brazilian-cerrado/>.

- Mayring, Philipp. 2000. "Qualitative Content Analysis". *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research* 1 (2). <https://doi.org/10.17169/fqs-1.2.1089>.
- . 2014. *Qualitative Content Analysis: Theoretical Foundation, Basic Procedures and Software Solution*. Klagenfurt.
- McCarty, Nolan, Keith T. Poole, e Howard Rosenthal. 2006. *Polarized America: The Dance of Ideology and Unequal Riches*. Walras-Pareto Lectures. Cambridge, MA, USA: MIT Press.
- McGann, James G. 2010. "The Fifth Estate: Think Tanks and American Foreign Policy". *Georgetown Journal of International Affairs* 11 (2): 35–42.
- Mills, Fred. s.d. "The “Super-Mustache” of Nicolás Maduro: The Scapegoat of Neoliberal Elites". Acessado a 6 de setembro de 2022. <https://www.coha.org/the-super-mustache-of-nicolas-maduro-the-scapegoat-of-neoliberal-elites/>.
- Nivola, Pietro S., e David W. Brady, orgs. 2006. *Red and blue nation? characteristics and causes of America’s polarized politics*. [Stanford, Calif.]: Washington, D.C: Hoover Institution on War, Revolution, and Peace, Stanford University ; Brookings Institution Press.
- Noel, Hans. 2014. *Political Ideologies and Political Parties in America*. Cambridge University Press.
- Onuf, Nicholas. 2012. *World Of Our Making*. 1 edition. London: Routledge.
- Pierson, Professor Department of Government Paul. 2004. *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton: Princeton University Press.
- "Post-Coup Brazil: Temer’s Rise to Power and the New State of Exception". s.d. Acessado a 6 de setembro de 2022. <https://www.coha.org/post-coup-brazil-temers-rise-to-power-and-the-new-state-of-exception/>.
- Rosenfeld, Sam. 2017. *The Polarizers: Postwar Architects of Our Partisan Era*. Chicago, IL: University of Chicago Press. <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/P/bo24660595.html>.
- Schreier, Margrit. 2012. *Qualitative Content Analysis in Practice*. 1ª edição. SAGE Publications Ltd.
- Skocpol, Theda. 2015. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge University Press.
- Skowronek, Stephen. 1982. *Building a New American State: The Expansion of National Administrative Capacities, 1877–1920*. Cambridge Cambridgeshire ; New York: Cambridge University Press.
- Smith, James Allen. 1993. *The Idea Brokers: Think Tanks and the Rise of the New Policy Elite*. Edição: Reprint. New York: Free Press.
- Smyrl, M., e W. Genieys. 2008. *Elites, Ideas, and the Evolution of Public Policy*. 2008ª edição. New York: Palgrave MacMillan.
- SPLC. s.d. "About Us". Southern Poverty Law Center. Acessado a 14 de setembro de 2022. <https://www.splcenter.org/about>.

- Stahl, Jason. 2016. *Right Moves: The Conservative Think Tank in American Political Culture since 1945*. The University of North Carolina Press.
- Teixeira, Tatiana. 2006. "Think tanks e neocons norte-americanos no governo Bush: A arte de pensar o impossível no Pós 11 de setembro". Dissertação, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF). <https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/741-think-tanks-e-neocons-norte-americanos-no-governo-bush-a-arte-de-pensar-o-impossivel-no-pos-11-de-setembro>.
- "The EU-Mercosur Agreement: Increasing Pesticide Use and GMOs, and Undermining Healthy Food Production and Standards". s.d. Acessado a 7 de setembro de 2022. <https://www.iatp.org/documents/eu-mercosur-agreement-increasing-pesticide-use-and-gmos-and-undermining-healthy-food>.
- "The Next Step Towards Climate Change Mitigation: Improving Productivity of Brazil's Agricultural Lands". s.d. CPI. Acessado a 7 de setembro de 2022. <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/next-step-towards-climate-change-mitigation-improving-productivity-brazils-agricultural-lands/>.
- Transparência Internacional. 2022. "2021 Corruption Perceptions Index - Explore the Results". Transparency.Org. 2022. <https://www.transparency.org/en/cpi/2021>.
- "Trends of the Decade: The Path to Drug Policy Reform". s.d. WOLA. Acessado a 9 de setembro de 2022. <https://www.wola.org/analysis/human-rights-trends-2010s-drug-policy-reform/>.
- "USFSA in Solidarity with the MST NO to Peasant Murders and NO to the Coup!" s.d. Food First. Acessado a 8 de setembro de 2022. <https://archive.foodfirst.org/usfsa-in-solidarity-with-the-mst-no-to-peasant-murders-and-no-to-the-coup/>.
- Walt, Stephen M. 2019. "America's Polarization Is a Foreign Policy Problem, Too – Foreign Policy". Foreign Policy. 2019. <https://foreignpolicy.com/2019/03/11/americas-polarization-is-a-foreign-policy-problem-too/>.
- Wendt, Alexander. 1999. "Social Theory of International Politics". Cambridge Core. Cambridge University Press. outubro de 1999. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511612183>.
- Wenzelburger, Georg, e Florian Böller. 2020. "Bomb or Build? How Party Ideologies Affect the Balance of Foreign Aid and Defence Spending". *The British Journal of Politics and International Relations* 22 (1): 3–23. <https://doi.org/10.1177/1369148119883651>.
- Wietchikoski, Luciana. 2021. "O Tio Sam de olho no Brasil: análise da visão dos think tanks estadunidenses sobre a política externa brasileira nos BRICS (2009-2016)": *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas* 9 (2): 57–76. <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2021v9n2p57-76>.
- Wietchikoski, Luciana, Fernando Preusser de Mattos, e André Morais França. 2019. "A Inserção Internacional do Brasil segundo Os Think Tanks dos Estados Unidos, da Alemanha e da França (2003-2014) | Wietchikoski | NAVAL WAR COLLEGE JOURNAL". *Revista da Escola de Guerra Naval* 25 (2). <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/845>.

WOLA. s.d. "A Critical Year for Strengthening Rule of Law in Central America". WOLA. Acessado a 27 de agosto de 2022. <https://www.wola.org/analysis/critical-year-strengthening-rule-law-central-america/>.

———. s.d. "Guatemala at a Crossroads: Reinforce the Fight Against Corruption or Reinstate the Hidden Powers?" WOLA. Acessado a 27 de agosto de 2022. <https://www.wola.org/analysis/guatemala-crossroads-reinforce-fight-corruption-reinstate-hidden-powers/>.

"WOLA PBI Mexico's Mechanism to Protect Human Rights Defenders and Journalists". s.d. WOLA. Acessado a 27 de agosto de 2022. <https://www.wola.org/analysis/what-is-mexico-doing-to-protect-human-rights-defenders-and-journalists/wola-pbi-mexicos-mechanism-to-protect-human-rights-defenders-and-journalists/>.

"WOLA Report: Access to Justice for Migrants in Mexico". s.d. WOLA. Acessado a 9 de setembro de 2022. <https://www.wola.org/analysis/access-justice-migrants-mexico-right-exists-books/>.

"WOLA Report: Mexico's Southern Border - Security, Central American Migration, and U.S. Policy". s.d. WOLA. Acessado a 9 de setembro de 2022. <https://www.wola.org/analysis/wola-report-mexicos-southern-border-security-central-american-migration-u-s-policy/>.

Woods, Randall B. 2016. *Prisoners of Hope: Lyndon B. Johnson, the Great Society, and the Limits of Liberalism*. 1ª edição. New York: Basic Books.

———. s.d. "The Great Society: The Forgotten Reform Movement". The Conversation. Acessado a 12 de setembro de 2022. <http://theconversation.com/the-great-society-the-forgotten-reform-movement-35727>.

Woolner, David, e Jack Thompson, orgs. 2015. *Progressivism in America: Past, Present, and Future*. 1st edition. Oxford ; New York: Oxford University Press.

PRINCIPAIS FONTES – REPOSITÓRIOS DE THINK TANKS

Atlas Network Global Directory: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/united-states/4>

Harvard Directory: https://guides.library.harvard.edu/hks/think_tank_search/US

Nira World's Directory of Think Tanks: <https://www.nira.or.jp/past/ice/nwdtt/2005/IDX2/index8.html>

On Think Tanks Open Directory: https://onthinktanks.org/open-think-tank-directory/?select-ottd_country%5B%5D=united-states&hidden-s=&hidden-current-page=1

Oregon University Directory of Think Tanks: <https://library.uoregon.edu/govdocs/apd#Animal>

Regent University Directory: <https://libguides.regent.edu/gov/think-tanks>

State Policy Network Directory: <https://spn.org/directory/>

Think Tanks Guide: <https://www.think-tanks.guide/en/country/united-states/>

Wikipedia 501 (c)3 Organizations List: [https://en.wikipedia.org/wiki/Category:501\(c\)\(3\)_organizations](https://en.wikipedia.org/wiki/Category:501(c)(3)_organizations)

Wikipedia: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_think_tanks_in_the_United_States

INSTITUTOS ANALISADOS

C40,

Center for Reproductive Rights,

CERES,

Clean Air Task Force,

Climate and Land Use Alliance,

Climate Policy Initiative,

Climateworks Foundation,

Council on Hemispheric Affairs (COHA),

Environmental and Energy Study Institute,

Feminist Majority Foundation,

Global Footprint Network,

Global Policy Forum,

Green-America,

Institute for Agriculture and Trade Policy,

Institute for Food and Development,

Mighty Earth,

Oil International,

Pesticide Action Network,

Rainforest Action Network,

Washington Office for Latin America (WOLA),

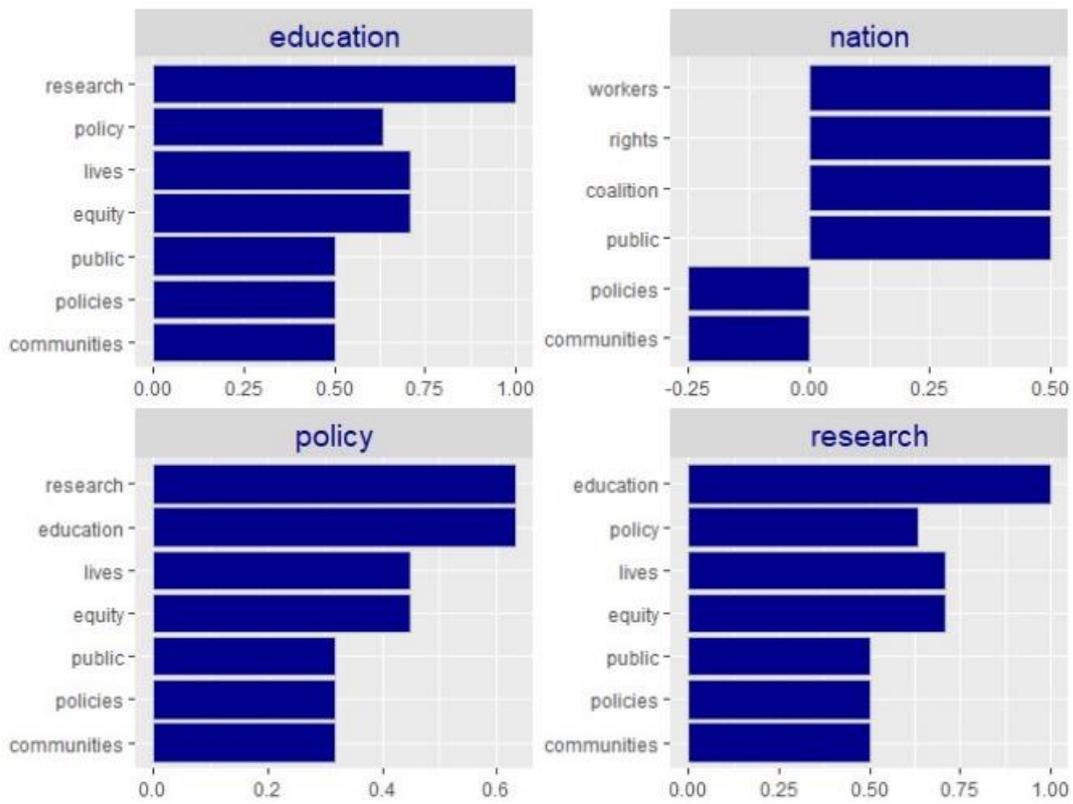
Women's Environment and Development Organization,

World Watch Institute.

Anexo B

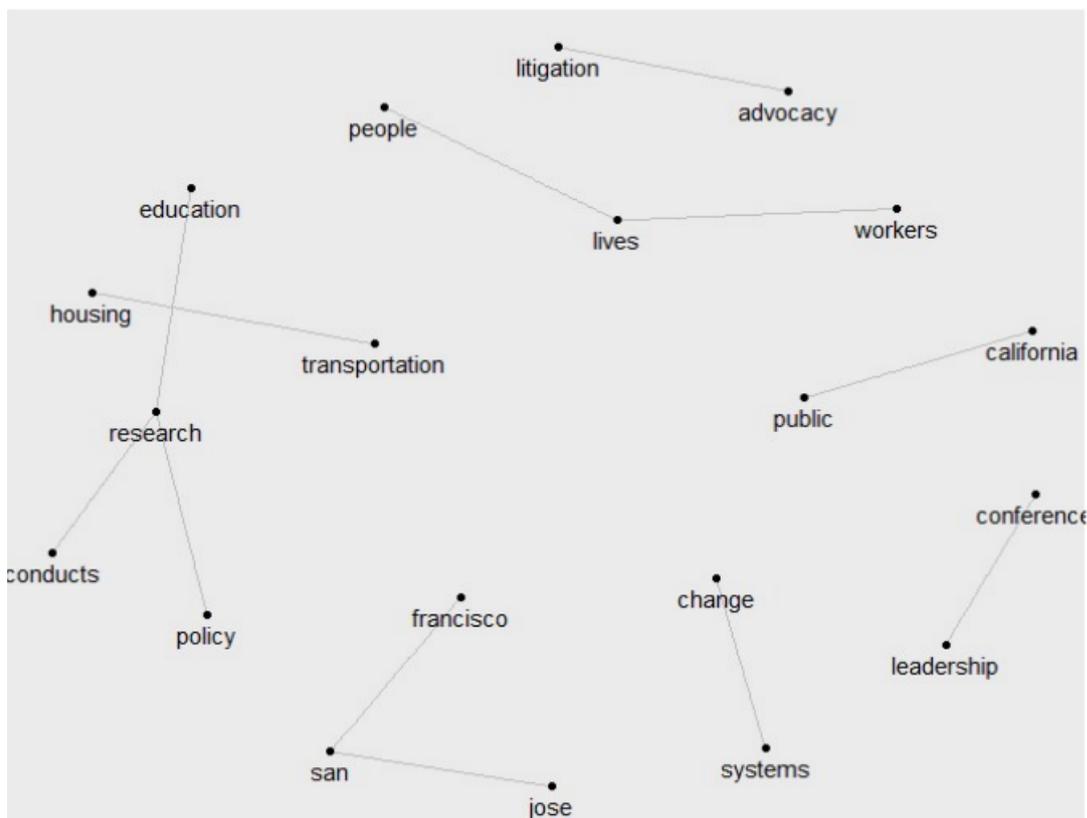
Análise de declarações de missão dos Institutos Progressistas

Figura 1.B. Correlações de pares de palavras nos documentos de Think Tanks progressistas criados entre 1910-1950



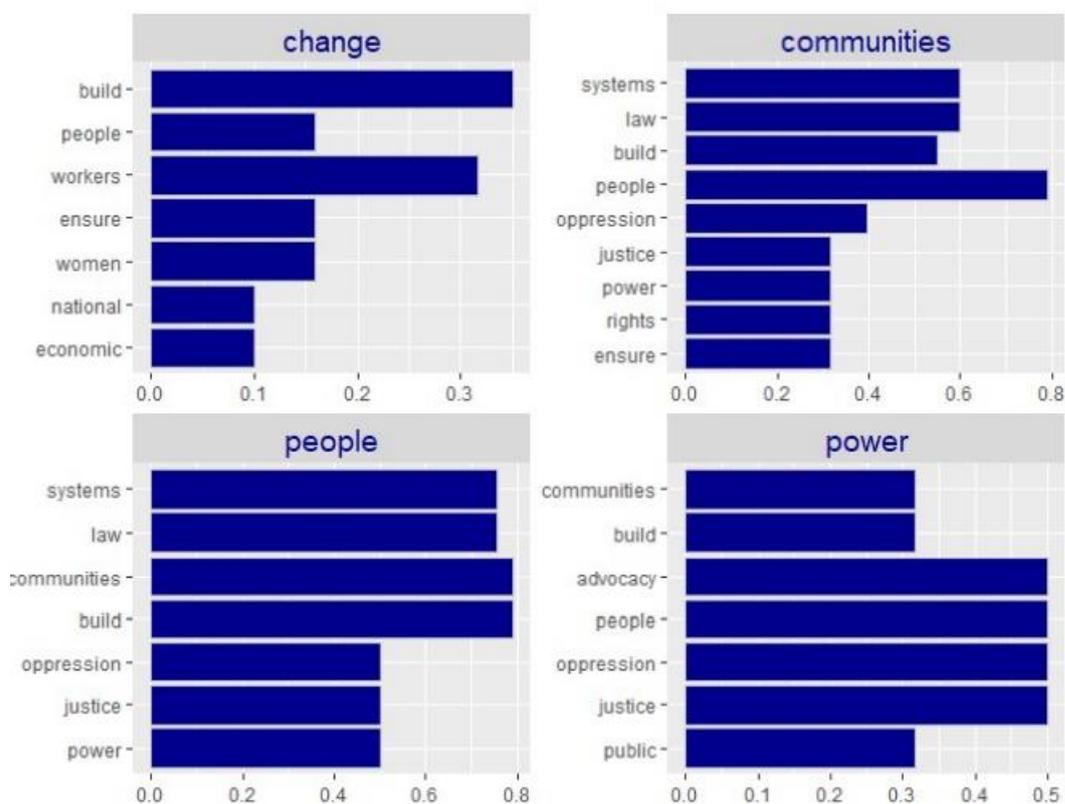
Fonte: Ibid., (p. 145)

Figura 2.B. Grafos não orientados de bigramas nos documentos de Think Tanks progressistas criados entre 1910-1950



Fonte: Ibid., (p. 144)

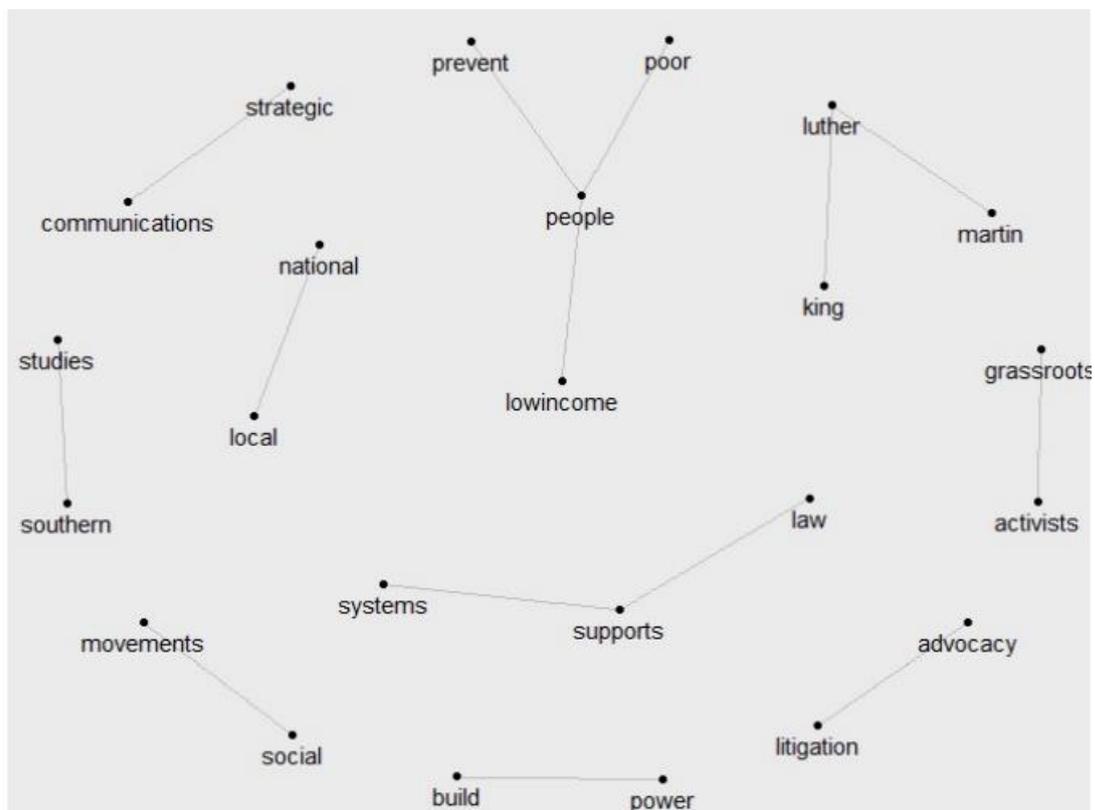
Figura 3.B. Correlações de pares de palavras nos documentos de Think Tanks progressistas criados entre 1951-1970



Fonte: Ibid., (p. 148)

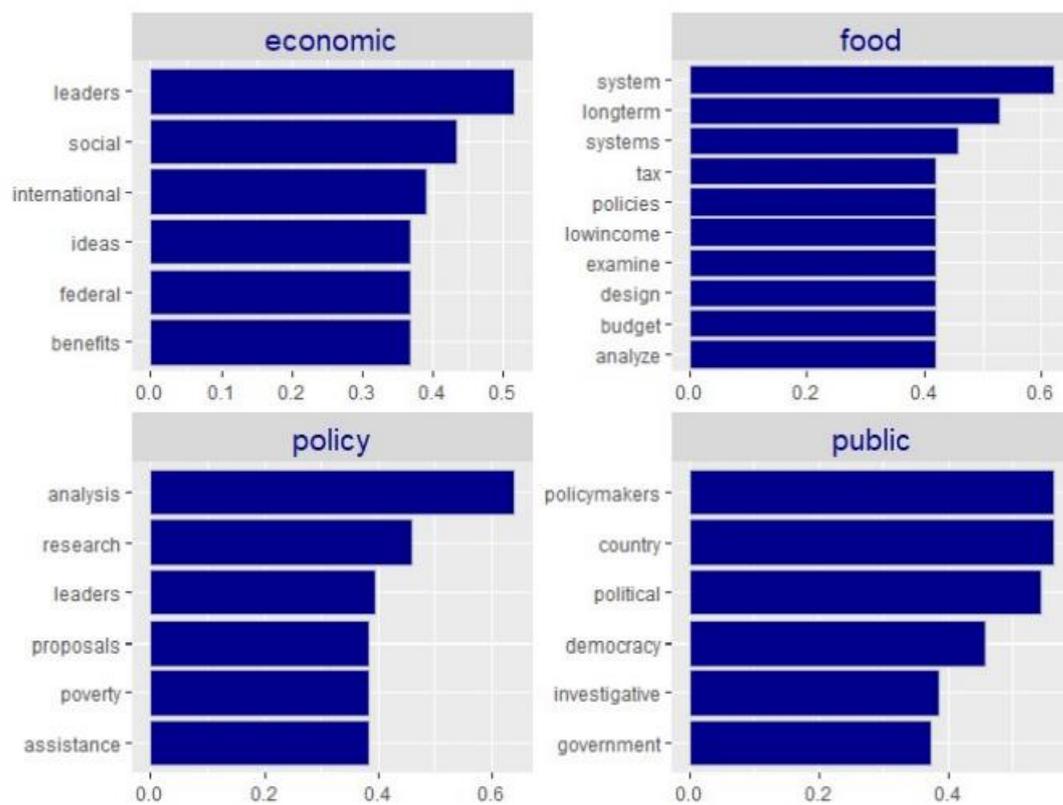
Declarações de institutos progressistas criados no segundo período (1951-1970) apresentam termos relacionados à pauta da ampliação dos direitos civis; termos como “communities”, “oppression”, “rights” e “justice” se tornam mais comuns. No que se refere aos bigramas, observamos a menção a Martin Luther King, um dos líderes do movimento pela expansão dos direitos civis, assim como menções a “poor people” e “social movements”. A ideia de mudanças sistêmicas, ou mudanças estruturais, caras ao progressismo, se mostram quando analisadas as palavras com maiores frequências, destacando-se as associações entre “change” e “people”, “change” e “workers”, “change” e “women”.

Figura 4.B. Grafos não orientados de bigramas nos documentos de Think Tanks progressistas criados entre 1951-1970



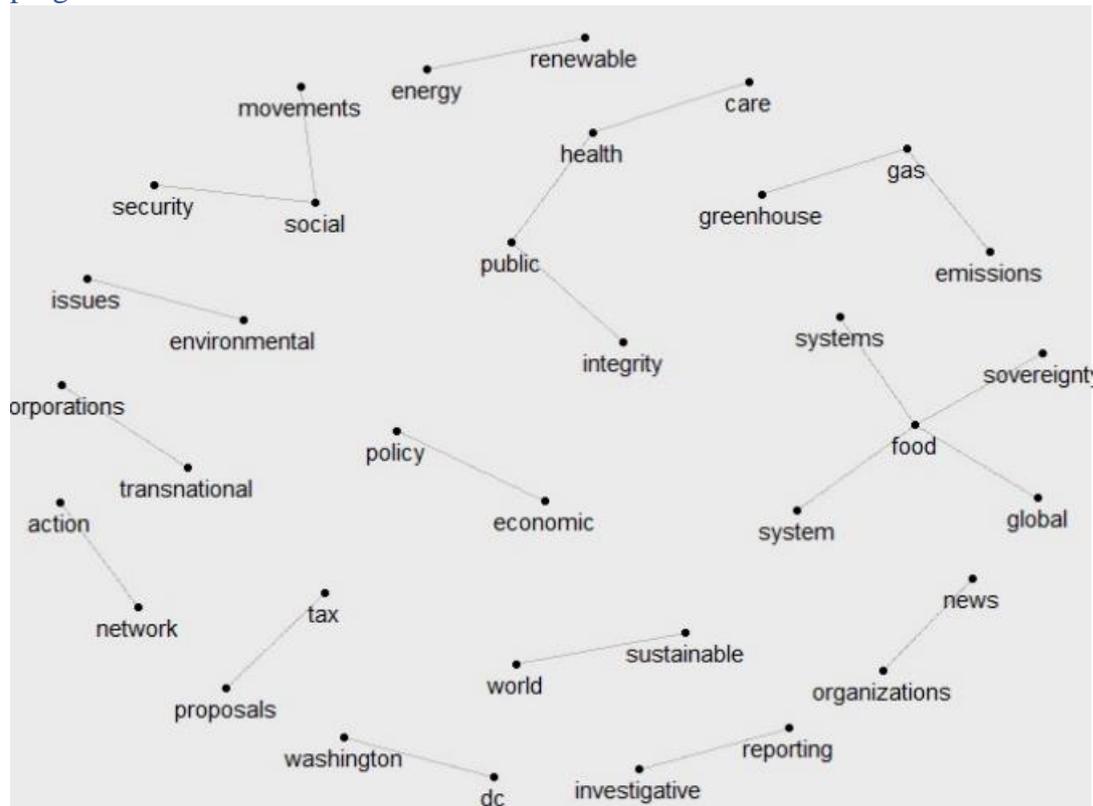
Fonte: Ibid., (p. 147)

Figura 5.B. Correlações de pares de palavras nos documentos de Think Tanks progressistas criados entre 1971-1990



Fonte: Ibid., (p. 151)

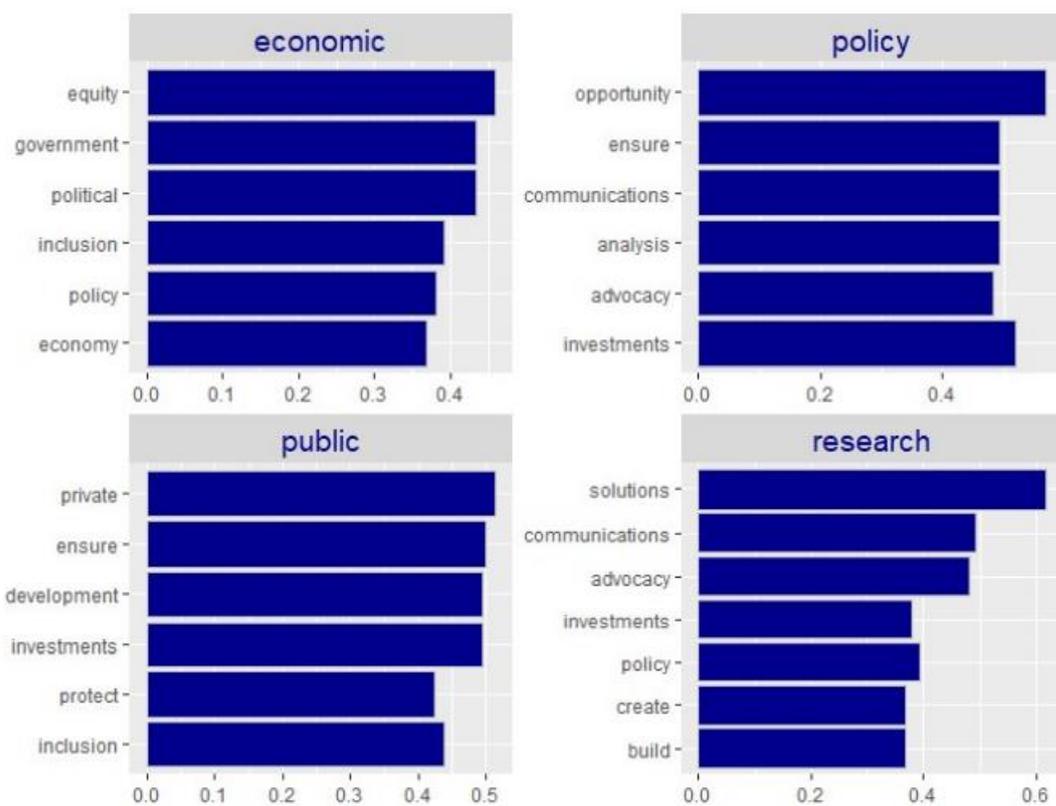
Figura 6.B. Grafos não orientados de bigramas nos documentos de Think Tanks progressistas criados entre 1971-1990



Fonte: Ibid., (p. 150)

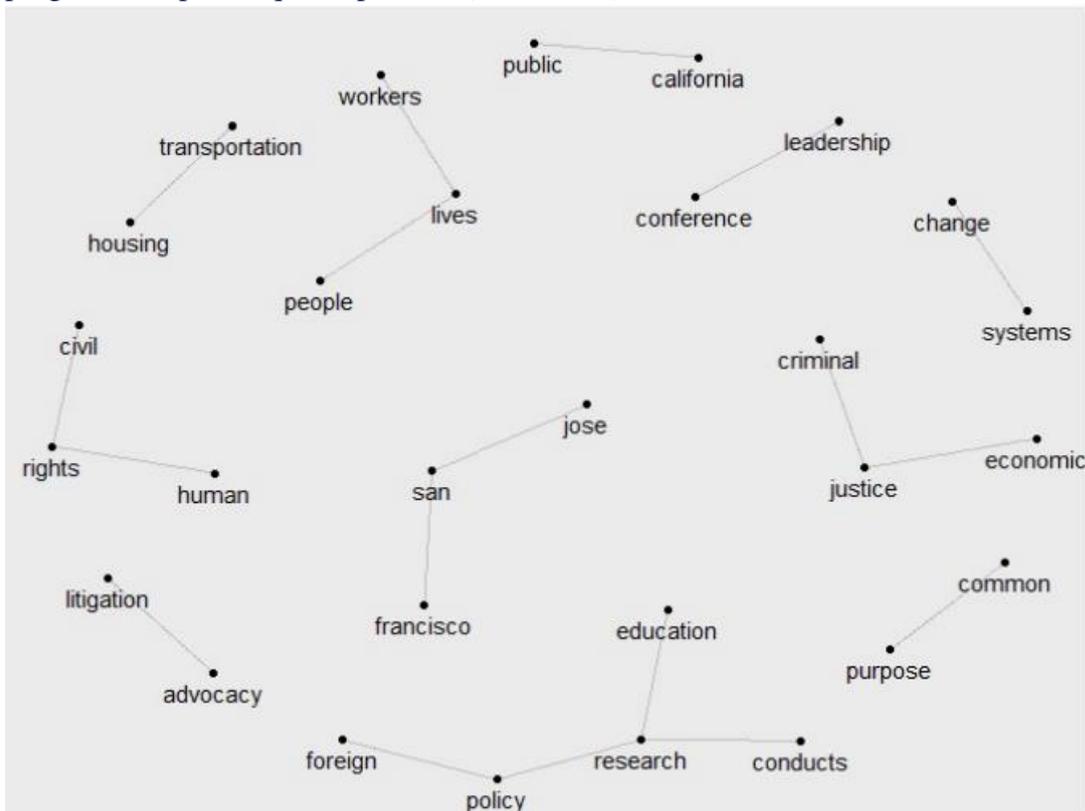
O terceiro período (1971-1990) é o momento em que a pauta ambiental e de saúde adentram nas declarações de missão. Aparecem palavras como “public”, “food”, “world”, “social”, “people”, “energy”, “environmental” e “inequality”.

Figura 7.B. Correlações de pares de palavras nos documentos de Think Tanks progressistas criados entre 1991-2010



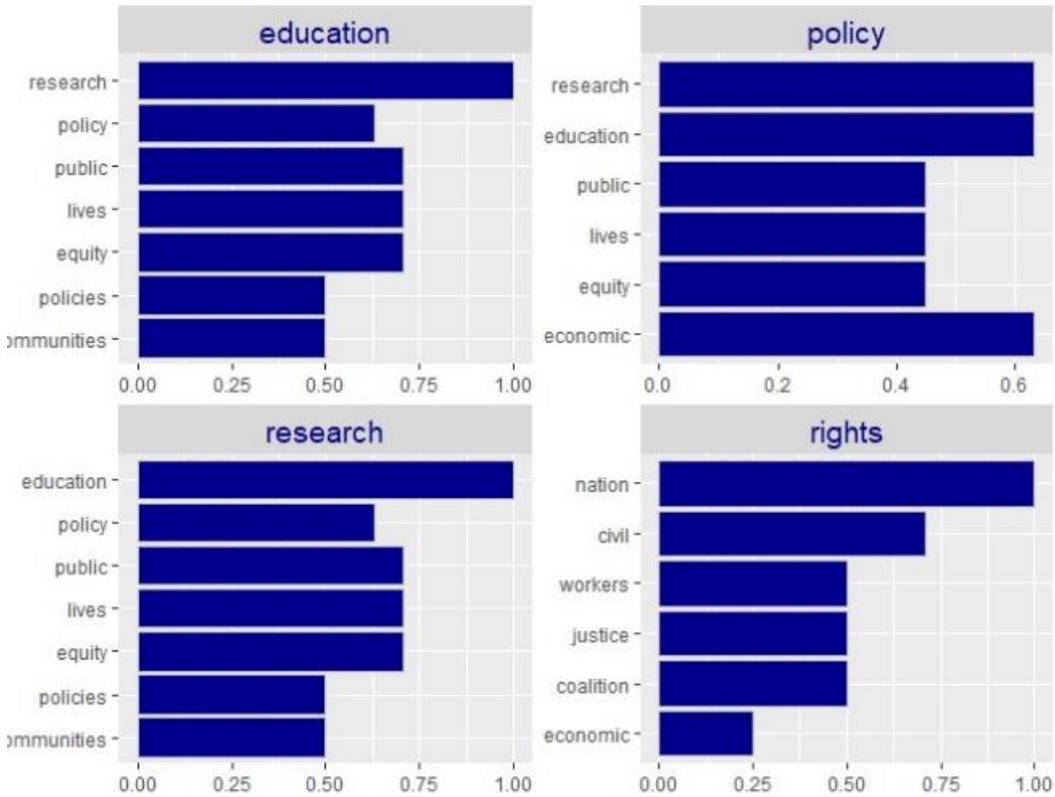
Fonte: Ibid., (p. 154)

Figura 9.B. Grafos não-orientados de bigramas nos documentos de Think Tanks progressistas para o quinto período (2011-2020)



Fonte: *ibid*, (p. 153)

Figura 10.B. Correlações de pares de palavras selecionadas nos documentos de think tanks progressistas para o quinto período (2011-2020)
 Fonte: *ibid*, (p.157)



O quinto período (2011-2020) é marcado pela questão ambiental e foco global. De modo geral, as declarações de institutos criados nesse período associam temas de meio-ambiente ao crescimento econômico, inclusão e justiça. A questão da equidade econômica e justiça social também se mantém, associada à questão do meio-ambiente.

Quadro 1.B. Operacionalização de termos e expressões para análise qualitativa das declarações de missão

Operacionalização dos termos e expressões		
Conservador	Progressista	Centro
Palavras-chave e termos		
livre-mercado, desregulamentação	regulação governamental, controle das grandes corporações	quando não há referências ideológicas claras,
governo limitado, autorregulação, regulamentação baseada em contratos privados	intervenção governamental, aumento do welfare	posicionamentos evidentemente centristas (que fazem referência direta à posição de centro)
liberdades individuais, responsabilidade individual	justiça social, equidade, justiça econômica, justiça racial	não fazem referência contra-ideológica
valores religiosos	meio ambiente e sustentabilidade, sinalização de preocupação com mudanças	
valores familiares e posição anti-aborto (valores tradicionais)	posição pró-escolha (aborto)	
liderança americana no cenário internacional, força militar, superioridade militar americana	multilateralismo, paz, redução dos gastos com defesa	
reduzir a imigração (imigração legal)	apoio a imigrantes não documentados	
referências contraideológicas evidentes (como, "against progressive establishment")	referências contra ideológicas evidentes (como, contra o movimento conservador).	
"guerra de ideias"	Direitos Civis	
outros termos que podem indicar a inclinação ideológica		
gun-rights	direitos reprodutivos, direitos das mulheres	
oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo	posição favorável aos grupos LGBTQ+	
consumer choice	direitos do consumidor	
school choice	referências ao poder do povo como: "power back to the people"	

Quadro 2.B. lista de códigos (Progressistas)

1 Progressismo	122
1.1 Promover Valores Progressistas	18
1.2 Referências Contra Ideológicas	10
1.3 Justiça Social e Econômica	56
1.3.1 Opressão Sistêmica	15
1.3.2 Equidade e Empoderamento	35
1.3.3 Direitos Cívicos	14
1.4 Democracia e poder popular	43
1.5 Direitos das Mulheres e LGBTQI+	13
1.5.1 Direitos Reprodutivos e posição pró-aborto	8
1.6 Meio-ambiente e Mudança Climática	53
1.7 Paz e Multilateralismo	11
1.8 Welfare e Regulação Governamental	30
1.8.1 Reforma do Sistema Penal	5
1.8.2 gun-reform	2
1.8.3 Desigualdade Econômica	10

Figura 11.B. Mapa de códigos para institutos Progressistas para o conjunto dos períodos

